

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

**IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE
TERRITORIAL RURAL (ITR)**

PERGUNTAS E RESPOSTAS
EXERCÍCIO DE 2007

PITR 2007

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Secretário da Receita Federal do Brasil

Jorge Antonio Deher Rachid

Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil

Carlos Alberto Barreto

Coordenador-Geral de Tributação

Adalto Lacerda da Silva

Coordenador da Coordenação de Tributos sobre a Renda, Patrimônio e Operações Financeiras (Cotir)

Othoniel Lucas de Sousa Júnior

Chefe da Divisão de Impostos sobre a Renda de Pessoas Física e a Propriedade Rural (Dirpf)

Newton Raimundo Barbosa da Silva

Equipe Técnica:

Antônio Jordão da Silva Júnior - DRF/CTA *

Edilson Teixeira - SRRF02/Difis *

Gabor André Kárász - DRJ/CGE *

Iêda Maria Pôrto Lima - Cosit

Joaquim Adir Vinhas Figueiredo - Asesp/RFB

Marcello Jorge Pellegrina - SRRF08/Disit

Marcelo Alexandrino de Souza - SRRF10/Disit

Maria Teresa Silveira Malta de Alencar - SRRF04/Disit

Susanna Cinosi - Cosit *

(*) Equipe responsável pela atualização em 2007

É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

Missão, Visão e Valores da Secretaria da Receita Federal do Brasil

Missão

- Prover o Estado de recursos para garantir o bem-estar social;
- Prestar serviços de excelência à sociedade;
- Prover segurança, confiança e facilitação para o comércio internacional.

Valores

- Respeito ao cidadão;
- Integridade;
- Lealdade com a Instituição;
- Legalidade;
- Profissionalismo.

Visão de futuro

A Secretaria da Receita Federal do Brasil quer ser reconhecida como uma organização:

- Dotada de política moderna de gestão de pessoas;
- Que presta serviços de excelência (agilidade, conclusividade e integração);
- Integrada com os demais órgãos de Estado e organismos nacionais e internacionais - (Referência nacional e internacional);
- Justa e sólida;
- Moderna e tecnologicamente avançada.

A P R E S E N T A Ç Ã O

Este trabalho contém respostas elaboradas pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) a indagações formuladas por contribuintes do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e por colegas que têm como atividade a administração deste imposto, que envolve as funções de tributação, arrecadação e fiscalização.

Esta publicação fornece subsídios para interpretação e correta aplicação da legislação do ITR, bem assim, busca uniformizar o entendimento quanto às questões suscitadas. Além disso, está direcionada, especialmente, aos servidores que atuarão na orientação aos contribuintes obrigados à apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) do exercício de 2007.

SUMÁRIO

ASSUNTO	PÁGINA
INCIDÊNCIA DO IMPOSTO	15
Definição do ITR	15
Fato gerador	15
Período de apuração	15
Imóvel rural desapropriado - <i>Desapropriação por pessoa jurídica de direito público</i>	15
Imóvel rural desapropriado - <i>Desapropriação por pessoa jurídica de direito privado</i>	15
Imóvel rural desapropriado - <i>Imissão prévia na posse</i>	16
Quilombos	16
Assentamento	16
IMUNIDADE	17
Hipóteses	17
Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	17
Pequena gleba rural - <i>Definição</i>	17
Pequena gleba rural - <i>Requisitos</i>	17
Pequena gleba rural - <i>Enfiteuta ou foreiro</i>	18
Pequena gleba rural - <i>Usufrutuário</i>	18
Pequena gleba rural - <i>Arrendamento, comodato ou parceria</i>	18
Instituição de educação ou assistência social	18
Entidade sem fins lucrativos	19
Assentamento rural	19
ISENÇÃO	20
Hipóteses	20
Assentamento rural - <i>Requisitos para a isenção</i>	20
Assentamento rural - <i>Arrendamento, comodato ou parceria</i>	20
Conjunto de imóveis rurais - <i>Requisitos para a isenção</i>	20
Conjunto de imóveis rurais - <i>Ajuda eventual de terceiros</i>	21
Conjunto de imóveis rurais - <i>Arrendamento, comodato ou parceria</i>	21
Conjunto de imóveis rurais - <i>Arrendamento</i>	21
Conjunto de imóveis rurais - <i>Mais de uma região I</i>	21
Conjunto de imóveis rurais - <i>Mais de uma região II</i>	22
Conjunto de imóveis rurais - <i>Mais de uma região III</i>	22

ASSUNTO	PÁGINA
CONTRIBUINTE	
	23
Quem é contribuinte	23
Proprietário	23
Titular do domínio útil	23
Possuidor a qualquer título	24
Posse não autorizada	24
Desapropriação - Por pessoa jurídica de direito privado	24
Desapropriação- Por pessoa jurídica de direito público	25
Arrendatário, comodatário e parceiro	25
Fideicomisso	25
RESPONSÁVEL	
	26
Quem é responsável	26
Extensão da responsabilidade	26
Aquisição de imóvel rural	26
Desapropriação	27
Alienação para imunes	27
Imóvel rural pertencente a espólio	27
DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO	
	27
Localização	27
Área do imóvel em mais de um município	28
Endereço para intimação	28
Impugnação	28
IMÓVEL RURAL	
	28
Definição	28
Área contínua - Definição	29
Área contínua - Rio que corta a propriedade	29
Área contínua - Estrada que corta a propriedade	29
Área contínua - Passagem forçada	29
Área contínua - Aquisição	29
Área contínua - Faixa de fronteira	30
Imóvel situado em zona urbana	30
Condomínio - Imóvel rural pertencente a mais de uma pessoa	30
Condomínio - Anexação de área	31
ÁREA TOTAL DO IMÓVEL	
	32
Composição	32

ASSUNTO	PÁGINA
Data de referência	32
Registro	32
Classificação quanto à tributação	32
ÁREA NÃO-TRIBUTÁVEL	33
Composição	33
Data de referência	33
Condições para exclusão	33
Ato Declaratório Ambiental - (ADA) Exigência	34
Ato Declaratório Ambiental - (ADA) Base legal	34
Ato Declaratório Ambiental (ADA) - Falta de apresentação	34
Ato Declaratório Ambiental (ADA) - Lavrado de ofício	34
Aquisição após o fato gerador	34
Preservação permanente - Composição	35
Preservação permanente - Reserva indígena	36
Preservação permanente - Condições para exclusão	36
Preservação permanente - Exigência do ADA	36
Preservação permanente - Averbação	36
Preservação permanente - Limite mínimo de área para ADA	36
Reserva legal - Definição	37
Reserva legal - Manejo florestal sustentável	37
Reserva legal - Condições para exclusão	37
Reserva legal - Exigência do ADA	37
Reserva legal - Averbação	37
Reserva legal - Posse	38
Reserva legal - Limite mínimo de área para ADA	38
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) - Definição	38
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) - Condições para exclusão	38
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) - Exigência do ADA	38
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) - Averbação	39
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) - Posse	39
Interesse ecológico - Composição	39
Interesse ecológico - Condições para exclusão	39
Interesse ecológico - Exigência do ADA	40
Interesse ecológico - Averbação	40
Interesse ecológico - Posse	40
Servidão florestal - Definição	40
Servidão florestal - Condições para exclusão	40
Servidão florestal - Exigência do ADA	41

ASSUNTO	PÁGINA
Servidão florestal - Averbação	41
Servidão florestal - Posse	41
Servidão ambiental - Definição	41
Servidão ambiental - Condições para exclusão	41
Servidão ambiental - Exigência do ADA	42
Servidão ambiental - Averbação	42
Servidão ambiental - Posse	42
Coberta com florestas nativas - Definição	42
ÁREA TRIBUTÁVEL	43
Composição	43
Inundações sistemáticas	43
ÁREA APROVEITÁVEL	44
Definição	44
Benfeitorias úteis e necessárias destinadas à atividade rural	44
Estradas e vias particulares	44
Benfeitorias não excluídas	44
Benfeitorias e construções	45
Benfeitorias não destinadas à atividade rural	45
Composição	45
ÁREA UTILIZADA	46
Definição	46
Época de referência	46
Aquisição após o fato gerador	46
Arrendamento, comodato e parceria	46
Áreas plantadas com produtos vegetais - Definição	47
Áreas plantadas com produtos vegetais - Momento em que é considerada plantada	47
Áreas plantadas com produtos vegetais - Florestas plantadas	47
Áreas plantadas com produtos vegetais - Forrageira de corte - Comercialização	47
Áreas plantadas com produtos vegetais - Várias safras	47
Áreas plantadas com produtos vegetais - Consórcio ou intercalação de culturas	48
Áreas plantadas com produtos vegetais - Área em descanso	48
Área com reflorestamento - Essências exóticas - Definição	48
Área com reflorestamento - Essências exóticas - Fins comerciais	48

ASSUNTO	PÁGINA
Área com reflorestamento - Essências nativas - Definição	48
Área com reflorestamento - Essências nativas - Fins comerciais	49
Área servida de pastagem - Definição	49
Área servida de pastagem - Índice de lotação - Conceito	49
Área servida de pastagem - Índice de lotação - Utilização	49
Área servida de pastagem - Índice de lotação - Dispensa	50
Área servida de pastagem - Cálculo do GU - Sujeita a índice	50
Área servida de pastagem - Cálculo do GU - Não sujeita a índice	50
Área servida de pastagem - Índices a serem utilizados	50
Área servida de pastagem - Quantidade de rebanho ajustada	51
Área servida de pastagem - Quantidade média de cabeças de animais	51
Área servida de pastagem - Animais de médio porte	51
Área servida de pastagem - Animais de grande porte	51
Pastagens em formação	52
Área de exploração extrativa - Definição	52
Área de exploração extrativa - Matas e florestas nativas	52
Área de exploração extrativa - Índice de rendimento por produto - Conceito	52
Área de exploração extrativa - Índice de rendimento por produto - Utilização	52
Área de exploração extrativa - Índice de rendimento por produto - Dispensa I	52
Área de exploração extrativa - Cálculo do GU - Sujeita a índice	53
Área de exploração extrativa - Cálculo do GU - Não sujeita a índice	53
Área de exploração extrativa - Índices a serem utilizados	53
Atividade granjeira ou aqüícola - Definição	54
Atividade granjeira ou aqüícola - Abelha, ema e avestruz	54
Projeto técnico - Requisitos	54
Projeto técnico - Prazo para aprovação	55
Projeto técnico - Prazo para utilização	55
Projeto técnico - Área utilizada	55
Projeto técnico - Requisitos não atendidos	55
Projeto técnico - Encerramento	55
Calamidade pública - Definição	56
Calamidade pública - Requisitos	56
Calamidade pública - Situação de emergência	56
Calamidade pública - Decretada pelo prefeito	56
Calamidade pública - Análise do decreto	57

ASSUNTO	PÁGINA
Calamidade pública - Apuração do ITR	57
ÁREA NÃO-UTILIZADA	58
Definição	58
Cálculo	58
Áreas ociosas	58
Utilizadas para fins diversos	58
Aquisição de área não-utilizada	59
Jazidas e minas - Declaração	59
Jazidas e minas - Diferença	59
Jazidas e minas - Água mineral e argila	59
Áreas imprestáveis	59
CÁLCULO DO IMPOSTO	60
Base de cálculo	60
Cálculo	60
Grau de utilização (GU) - Definição	60
Grau de utilização (GU) - Cálculo	60
Terra nua	60
Valor da Terra Nua (VTN) - Definição	60
Valor da Terra Nua (VTN) - Data de referência	61
Valor da Terra Nua (VTN) - Cálculo	61
Valor da Terra Nua (VTN) - Construções, instalações e benfeitorias	61
Valor da Terra Nua (VTN) - Área não-tributável	61
Valor da Terra Nua (VTN) - Utilização por outros impostos	62
Valor da Terra Nua (VTN) - Dívida ativa	62
Valor da Terra Nua (VTN) - Desapropriação	62
Valor da Terra Nua Tributável (VTNT)	62
Alíquotas	63
Valor do imposto - Cálculo	63
Valor do imposto - Valor mínimo	63
Quem deve apurar	63
DECLARAÇÃO	64
Denominação	64
Composição	64

ASSUNTO	PÁGINA
Obrigatoriedade de entrega - Quem está obrigado	64
Obrigatoriedade de entrega - Área em litígio	65
Obrigatoriedade de entrega - Imóvel invadido por sem-terra I	65
Obrigatoriedade de entrega - Imóvel invadido por sem-terra II	65
Obrigatoriedade de entrega - Imóvel rural pertencente a espólio	66
Obrigatoriedade de entrega - Pessoa falecida não inscrita no CPF	66
Obrigatoriedade de entrega - Imóvel rural pertencente a mais de um herdeiro	66
Obrigatoriedade de entrega - Condomínio	66
Obrigatoriedade de entrega - Assentamento	67
Documentos comprobatórios	67
Diac - Definição	67
Diac - Quem deve preencher	67
Diac - Número de inscrição - Obrigatoriedade	68
Diac - Área do imóvel - Arredondamento	68
Diac - Alterações cadastrais	68
Diat - Definição	68
Diat - Quem deve preencher	68
Apresentação - Meios	69
Apresentação - Meio eletrônico	69
Multa por atraso	69
PAGAMENTO DO IMPOSTO	70
Formas	70
Pagamento com TDA	70
Dação em pagamento - Impossibilidade	70
Local	70
Prazo	70
Quotas	71
Fora do prazo	71
REGIÕES	72
Amazônia Ocidental	72
Pantanal matogrossense e sul-matogrossense	72
Amazônia Oriental	72
Polígono das Secas	72

DEFINIÇÃO DO ITR

001 O que é ITR?

ITR é o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

(Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, art. 1º; Decreto nº 4.382, de 19 de setembro de 2002 - Regulamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (RITR/2002), art. 1º; Instrução Normativa (IN) SRF nº 256, de 11 de dezembro de 2002, art. 1º)

FATO GERADOR

002 Qual é o fato gerador do ITR?

O fato gerador do ITR é a propriedade, o domínio útil ou a posse (inclusive por usufruto) de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 1º; RITR/2002, art. 2º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 1º)

PERÍODO DE APURAÇÃO

003 Qual é o período de apuração do ITR?

O período de apuração do ITR é anual.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 1º; RITR/2002, art. 2º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 1º)

IMÓVEL RURAL DESAPROPRIADO DESAPROPRIAÇÃO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

004 O ITR incide sobre imóvel rural desapropriado por utilidade ou necessidade pública, ou por interesse social, inclusive para fins de reforma agrária?

Sim. O ITR incide sobre a propriedade rural desapropriada por utilidade ou necessidade pública, ou por interesse social, inclusive para fins de reforma agrária. Quando a desapropriação for promovida por pessoa jurídica de direito público, o ITR incide sobre o imóvel rural:

I - até a data da perda da posse pela imissão prévia do Poder Público na posse;

II - até a data da perda do direito de propriedade pela transferência ou pela incorporação do imóvel ao patrimônio do Poder Público.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 1º, § 1º; RITR/2002, art. 2º, § 1º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 1º, § 1º)

IMÓVEL RURAL DESAPROPRIADO DESAPROPRIAÇÃO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

005 O ITR incide sobre imóvel rural desapropriado por utilidade ou necessidade pública, ou por interesse social, inclusive para fins de reforma agrária?

Sim. O ITR incide sobre a propriedade rural declarada de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, inclusive para fins de reforma agrária. Quando a desapropriação for promovida por pessoa jurídica de direito privado delegatária ou concessionária de serviço público, continua incidindo o ITR sobre o imóvel rural expropriado.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 1º, § 1º; RITR/2002, art. 2º, § 2º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 1º, § 2º)

IMÓVEL RURAL DESAPROPRIADO

IMISSÃO PRÉVIA NA POSSE

006 O que se entende por imissão prévia na posse de imóvel rural declarado de interesse social, para fins de reforma agrária?

Imissão prévia ou provisória na posse é o ato de tomar posse legal da coisa antes do pagamento da quantia arbitrada ao desapropriado. Na desapropriação, mediante alegação de urgência pelo expropriante e o depósito prévio da quantia que arbitrar, o juiz pode conceder a imissão na posse, em favor do expropriante, antes do efetivo pagamento da indenização fixada.

(Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, art. 15; LC nº 76, de 6 de julho de 1993, art. 6º, com a redação dada pela Lei Complementar nº 88, de 23 de dezembro de 1996, arts. 1º e 3º)

QUILOMBOS

007 Incide ITR sobre as terras historicamente ocupadas pelos quilombos?

As terras tradicionalmente ocupadas pelos quilombos, atualmente ocupadas pelos remanescentes destas comunidades, são tributadas normalmente.

ASSENTAMENTO

008 O ITR incide sobre o imóvel rural compreendido em programa oficial de reforma agrária, caracterizado como assentamento?

O ITR incide sobre o imóvel rural compreendido em programa oficial de reforma agrária, caracterizado como assentamento, dependendo da titulação feita e da forma de exploração do imóvel rural:

1º) titulação do imóvel rural feita individualmente, ou seja, cada assentado tem, individualmente, um título de domínio ou de concessão de uso.

Neste caso, o imóvel rural será tributado normalmente, caso não se enquadre em nenhuma das demais hipóteses de imunidade ou isenção.

2º) titulação do imóvel rural feita em nome coletivo e a exploração é feita por associação ou cooperativa de produção.

Este assentamento será isento do ITR se a fração ideal por família assentada não ultrapassar os limites da pequena gleba e se nenhum dos assentados possuir qualquer outro imóvel, rural ou urbano.

Neste caso existe condomínio, sendo esta a única hipótese em que o condomínio é isento.

3º) titulação do imóvel rural feita em nome coletivo e a exploração não é feita por associação ou cooperativa de produção.

Neste caso, o imposto será apurado normalmente, pois não existe imunidade, nem isenção. Existe um imóvel rural em condomínio, sendo tributado normalmente.

4º) titulação do imóvel rural feita em nome da associação ou cooperativa.

Neste caso, o imóvel é propriedade de uma pessoa jurídica como outra qualquer; não existe imunidade, nem isenção.

HIPÓTESES**009 Quais as hipóteses de imunidade do ITR?**

São imunes do ITR, desde que atendidos os requisitos constitucionais e legais:

I - a pequena gleba rural;

II - os imóveis rurais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - os imóveis rurais de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

IV - os imóveis rurais de instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.

Os imóveis rurais de que tratam as hipóteses descritas nos itens III e IV somente são imunes do ITR quando vinculados às finalidades essenciais das entidades neles mencionadas.

(Constituição Federal de 1988 - CF/88, art. 150, VI, "a" e "c", e §§ 2º e 4º, e art. 153, § 4º, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, art. 1º; Lei nº 9.393, de 1996, art. 2º; RITR/2002, art. 3º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 2º)

TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS PELOS ÍNDIOS**010 As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são imunes do ITR?**

Sim. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União, porém os índios têm a posse permanente, a título de usufruto especial. Essas terras são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas imprescritíveis. Por conseguinte, essas áreas são imunes do ITR. Cabe à União declarar essas áreas para efeito do ITR, pois a imunidade não desobriga o contribuinte de apresentar a DITR.

(CF/88, arts. 20, XI, e 231, §§ 2º e 4º)

PEQUENA GLEBA RURAL**DEFINIÇÃO****011 O que é pequena gleba rural?**

Pequena gleba rural é o imóvel rural com área igual ou inferior a:

I - 100 ha, se localizado em município compreendido na Amazônia Ocidental ou no Pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense;

II - 50 ha, se localizado em município compreendido no Polígono das Secas ou na Amazônia Oriental;

III - 30 ha, se localizado em qualquer outro município.

Ver perguntas 218 a 221.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 2º, parágrafo único; RITR/2002, art. 3º, § 1º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 2º, § 1º)

PEQUENA GLEBA RURAL**REQUISITOS****012 Quais as condições exigidas para reconhecimento da imunidade à pequena gleba rural?**

A pequena gleba rural é imune do ITR, desde que a explore o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título que não possua qualquer outro imóvel, rural ou urbano.

(CF/88, art. 153, § 4º, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003, art. 1º; Lei nº 9.393, de 1996, art. 2º; RITR/2002, art. 3º, I; IN SRF nº 256, de 2002, art. 2º, I)

PEQUENA GLEBA RURAL ENFITEUTA OU FOREIRO

013 A pequena gleba rural de enfiteuta ou foreiro goza de imunidade?

Sim. O enfiteuta ou foreiro é o titular do domínio útil, enquadrando-se, nesta condição, na definição de contribuinte do ITR. Portanto, faz jus à imunidade, desde que satisfeitas as condições previstas na Constituição e reproduzidas na pergunta 012.

(CF/88, art. 153, § 4º, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003, art. 1º; Lei nº 9.393, de 1996, arts. 2º e 4º; RITR/2002, art. 3º, I; IN SRF nº 256, de 2002, art. 2º, I)

PEQUENA GLEBA RURAL USUFRUATUÁRIO

014 A pequena gleba rural de usufrutuário goza de imunidade?

Sim. O usufrutuário é considerado possuidor a qualquer título (tem a posse a título de usufruto), enquadrando-se, nesta condição, na definição de contribuinte do ITR. Portanto, faz jus à imunidade, desde que satisfeitas as condições previstas na Constituição e reproduzidas na pergunta 012.

(CF/88, art. 153, § 4º, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003, art. 1º; Lei nº 9.393, de 1996, arts. 2º e 4º; RITR/2002, art. 3º, I; IN SRF nº 256, de 2002, art. 2º, I)

PEQUENA GLEBA RURAL ARRENDAMENTO, COMODATO OU PARCERIA

015 A pequena gleba rural explorada por contrato de arrendamento, comodato ou parceria goza de imunidade do ITR?

Não. A pequena gleba rural, quando explorada por contrato de arrendamento, comodato ou parceria, perde a imunidade do ITR, sujeitando-se à apuração do imposto.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 2º, § 3º)

INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO OU ASSISTÊNCIA SOCIAL

016 Quais as condições exigidas para reconhecimento de imunidade para os imóveis rurais das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos?

Para o gozo da imunidade, as instituições de educação ou de assistência social devem prestar os serviços para os quais houverem sido instituídas e os colocar à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos, e atender aos seguintes requisitos:

I - não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II - aplicar integralmente, no País, seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais;

III - não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;

IV - manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

V - conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

VI - apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

VII - assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para o gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;

VIII - outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento destas entidades.

(Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), art. 14, com a redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001, art. 1º; Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, art. 12; RITR/2002, art. 3º, § 2º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 2º, IV, e § 4º)

ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS

017 O que é entidade sem fins lucrativos?

Entidade sem fins lucrativos é aquela que não apresenta superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

(Lei nº 9.532, de 1997, art. 12, § 3º; Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, art. 10)

ASSENTAMENTO RURAL

018 Quais são os requisitos para que o imóvel de um assentado seja imune do ITR?

O imóvel de um assentado é imune do ITR quando, cumulativamente:

I - a titulação do imóvel rural for feita individualmente, ou seja, cada assentado tenha um título de domínio ou de concessão de uso;

II - o imóvel do assentado for enquadrado como uma pequena gleba rural;

III - a exploração do imóvel for realizada pelo assentado; e

IV - o assentado não possua qualquer outro imóvel, rural ou urbano.

HIPÓTESES

019 Quais as hipóteses de isenção do ITR previstas na legislação?

São isentos do ITR, desde que atendidas as condições estabelecidas em lei:

I - o imóvel rural compreendido em programa oficial de reforma agrária, caracterizado pelas autoridades competentes como assentamento; e

II - o conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, cuja área total em cada região observe o respectivo limite da pequena gleba rural.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 3º; RITR/2002, art. 4º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 3º)

ASSENTAMENTO RURAL REQUISITOS PARA A ISENÇÃO

020 Quais são os requisitos para que um assentamento seja isento do ITR?

O assentamento é isento do ITR quando, cumulativamente:

I - a titulação do imóvel rural for em nome coletivo;

II - a exploração for realizada por associação ou cooperativa de produção;

III - a fração ideal por família assentada não ultrapassar os limites da pequena gleba; e

IV - nenhum dos assentados possuir qualquer outro imóvel, rural ou urbano.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 3º, I; RITR/2002, art. 4º, I; IN SRF nº 256, de 2002, art. 3º, I)

ASSENTAMENTO RURAL ARRENDAMENTO, COMODATO OU PARCERIA

021 O assentamento rural explorado por contrato de arrendamento, comodato ou parceria goza de isenção do ITR?

Não. O imóvel rural compreendido em programa oficial de reforma agrária, caracterizado pelas autoridades competentes como assentamento, que tenha área explorada por contrato de arrendamento, comodato ou parceria, perde a isenção, sujeitando-se ao pagamento do ITR.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 3º, § 1º)

CONJUNTO DE IMÓVEIS RURAIS REQUISITOS PARA A ISENÇÃO

022 Quais os requisitos para a isenção do ITR de conjunto de imóveis rurais de um mesmo contribuinte?

Para a isenção do ITR, o conjunto de todos os imóveis rurais de um mesmo proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título deve atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - a área total em cada região não pode ultrapassar o respectivo limite da pequena gleba rural;

II - o conjunto de imóveis deve ser explorado pelo contribuinte só ou com sua família, admitida ajuda eventual de terceiros; e

III - o contribuinte não pode possuir imóvel urbano.

Entende-se por ajuda eventual de terceiros o trabalho, remunerado ou não, de natureza eventual ou temporária, realizado nas épocas de maiores serviços.

O limite de pequena gleba rural a ser observado no caso de conjunto de imóveis rurais é o somatório das áreas dos imóveis rurais por região, isoladamente, não podendo cada somatório ultrapassar o limite da pequena gleba rural da respectiva região.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 3º, II; RITR/2002, art. 4º, II, e §§ 1º e 2º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 3º, II, e §§ 2º e 3º)

CONJUNTO DE IMÓVEIS RURAIS AJUDA EVENTUAL DE TERCEIROS

023 O que se entende por ajuda eventual de terceiros, para fins de isenção do ITR de conjunto de imóveis rurais de um mesmo contribuinte?

Para fins de isenção do ITR de conjunto de imóveis rurais de um mesmo contribuinte, entende-se por ajuda eventual de terceiros o trabalho, remunerado ou não, de natureza eventual ou temporária, realizado nas épocas de maiores serviços.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 3º, II; RITR/2002, art. 4º, II, e § 1º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 3º, II, e § 2º)

CONJUNTO DE IMÓVEIS RURAIS ARRENDAMENTO, COMODATO OU PARCERIA

024 O conjunto de imóveis rurais que tenha área explorada por contrato de arrendamento, comodato ou parceria goza de isenção do ITR?

Não. O conjunto de imóveis rurais que tenha área explorada, em qualquer um dos imóveis rurais, por contrato de arrendamento, comodato ou parceria perde a isenção do ITR, sujeitando-se ao pagamento do imposto.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 3º, § 1º)

CONJUNTO DE IMÓVEIS RURAIS ARRENDAMENTO

025 O contribuinte tem dois imóveis rurais (não confrontantes), cujas áreas são, respectivamente, 10 e 20 ha. Esses imóveis estão situados em região onde a pequena gleba rural equivale a 30 ha. Um dos imóveis foi arrendado para terceiro. O contribuinte não tem imóvel urbano. Neste caso, aplica-se isenção do ITR aos dois imóveis?

Não. Embora o somatório das áreas não ultrapasse o limite da pequena gleba rural, os dois imóveis são tributados, uma vez que, para efeito de isenção, leva-se em conta o conjunto de imóveis rurais. Neste caso, tendo em vista o arrendamento de um dos imóveis, foi descumprido, para o conjunto de imóveis rurais, o requisito da alínea “a” do inciso II do art. 3º da Lei nº 9.393, de 1996. Portanto, o contribuinte deve apurar o ITR em relação aos dois imóveis rurais.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 3º, II, “a”; IN SRF nº 256, de 2002, art. 3º, § 1º)

CONJUNTO DE IMÓVEIS RURAIS MAIS DE UMA REGIÃO I

026 Qual o limite da pequena gleba rural a ser considerado para o conjunto de imóveis rurais de um mesmo contribuinte, localizados em mais de uma região?

Para fins de isenção do conjunto de imóveis rurais de um mesmo contribuinte, localizados em mais de uma região, a área total dos imóveis em cada região deverá ser igual ou inferior ao limite da pequena gleba rural estabelecido para a região em que se localizem.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 3º, II; RITR/2002, art. 4º, II, e § 2º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 3º, II, e § 3º)

CONJUNTO DE IMÓVEIS RURAIS MAIS DE UMA REGIÃO II

027 O contribuinte é titular de dois imóveis rurais: um localizado na Amazônia Ocidental (área de 90,0 ha) e o outro localizado na Amazônia Oriental (área de 45,0 ha). Nesta hipótese, o contribuinte terá que pagar ITR ou faz jus à isenção?

Os imóveis rurais estão localizados em regiões cujo respectivo limite máximo de área para a pequena gleba rural é diverso: na Amazônia Ocidental é de 100,0 hectares e na Amazônia Oriental é de 50,0 hectares.

Para fazer jus à isenção, o somatório das áreas dos imóveis deve ser calculado por região, não podendo suplantiar o limite da pequena gleba rural da respectiva região. Nesta hipótese, tendo em vista que nenhum dos imóveis suplantou o limite da pequena gleba rural da respectiva região, os dois imóveis fazem jus à isenção do ITR, desde que atendidas as demais condições previstas na legislação. Cabe observar que não se trata de hipótese de imunidade, uma vez que o simples fato de o proprietário ser titular de mais de um imóvel, independentemente da área de cada um, afasta essa possibilidade.

Ver perguntas 022, 218 e 220.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 3º, II; RITR/2002, art. 4º, II, e § 2º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 3º, II, e § 3º)

CONJUNTO DE IMÓVEIS RURAIS MAIS DE UMA REGIÃO III

028 Uma das isenções previstas na legislação do ITR diz respeito ao conjunto de imóveis de um mesmo proprietário cuja área total seja inferior à pequena gleba rural. Um contribuinte é proprietário de vários imóveis cuja soma das áreas não suplanta a pequena gleba rural e, além disso, na mesma região, tem a posse por usufruto de outro imóvel rural cuja área suplanta, por si só, o limite da pequena gleba rural. Em relação aos imóveis de sua propriedade ele está isento do ITR, uma vez que em relação ao outro imóvel (posse por usufruto) ele não está na condição de proprietário?

Não. Neste caso todos os imóveis são tributados.

A legislação do ITR prevê a isenção do conjunto de imóveis rurais de um mesmo contribuinte, seja ele proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título. Na questão, o proprietário e o usufrutuário são a mesma pessoa, e, uma vez que reveste a condição de contribuinte relativamente a todos os imóveis, o conjunto por eles formado deve ser considerado como um todo. Para fazer jus à isenção é necessário que o conjunto de imóveis rurais de um mesmo contribuinte atenda a alguns requisitos, entre eles não ultrapassar o limite, por região, de pequena gleba rural.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 3º, II; RITR/2002, art. 4º, II, e § 2º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 3º, II, e § 3º)

QUEM É CONTRIBUINTE

029 Quem é contribuinte do ITR?

É contribuinte do ITR:

I - A pessoa física ou jurídica que, em relação ao imóvel rural a ser declarado, seja, na data da efetiva entrega da declaração:

- a) proprietária;
- b) titular do domínio útil (enfiteuta ou foreira);
- c) possuidora a qualquer título, inclusive a usufrutuária.

II - A pessoa física ou jurídica que, entre 1º de janeiro de 2007 e a data da efetiva entrega da declaração, tenha perdido:

- a) a posse do imóvel rural, pela imissão prévia ou provisória do expropriante na posse, em processo de desapropriação, tanto nos casos em que o expropriante seja pessoa jurídica de direito público, quanto de direito privado delegatária ou concessionária de serviço público;
- b) o direito de propriedade pela transferência ou incorporação do imóvel rural ao patrimônio do expropriante, em decorrência de desapropriação, tanto nos casos em que o expropriante seja pessoa jurídica de direito público, quanto de direito privado delegatária ou concessionária de serviço público;
- c) a posse ou a propriedade do imóvel rural, em função de alienação ao Poder Público, inclusive às suas autarquias e fundações, bem assim às entidades privadas imunes do imposto.

Ressalte-se que, no caso de desapropriação de imóvel rural por pessoa jurídica de direito público, deixa de ocorrer o fato gerador do imposto a partir da sua imissão prévia ou provisória na posse, ou da transferência definitiva da propriedade em seu favor, tendo em vista que o patrimônio do Poder Público é imune, não mais sendo cabível, então, falar em contribuinte.

Entretanto, quando a desapropriação é efetivada por pessoa jurídica de direito privado delegatária ou concessionária de serviço público, continua havendo incidência do imposto após a imissão prévia na posse ou a transferência definitiva da propriedade em seu favor, sendo contribuinte o expropriante.

Ver perguntas 034 e 035.

(CTN, arts. 31 e 121, parágrafo único, I; Lei nº 9.393, de 1996, art. 4º; RITR/2002, art. 5º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 4º)

PROPRIETÁRIO

030 O que é direito de propriedade de imóvel rural?

O ITR adota o instituto da propriedade tal qual definido pelo Código Civil. É o direito de usar, gozar e dispor do imóvel e de reavê-lo de quem quer que injustamente o possua ou o detenha.

(Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (CC), art. 1.228)

TITULAR DO DOMÍNIO ÚTIL

031 Quem é titular do domínio útil?

É titular do domínio útil aquele que adquiriu o imóvel rural por enfiteuse ou aforamento.

(Lei nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916, art. 678; CC, art. 2.038; IN SRF nº 256, de 2002, art. 4º, § 1º)

POSSUIDOR A QUALQUER TÍTULO

032 Quem é possuidor a qualquer título?

O ITR adota o instituto da posse tal qual definido pelo Código Civil. É possuidor a qualquer título aquele que tem a posse plena do imóvel rural, sem subordinação (posse com *animus domini*), seja por direito real de fruição sobre coisa alheia, como ocorre no caso do usufrutuário, seja por ocupação, autorizada ou não pelo Poder Público.

A expressão posse a qualquer título refere-se à posse plena, sem subordinação (posse com *animus domini*), abrangendo a posse justa (legítima) e a posse injusta (ilegítima). A posse será justa se não for violenta, clandestina ou precária; será injusta se for:

I - violenta, ou seja, adquirida pela força física ou coação moral;

II - clandestina, isto é, estabelecida às ocultas daquele que tem interesse em tomar conhecimento;

III - precária, quando decorre do abuso de confiança por parte de quem recebe a coisa, a título provisório, com o dever de restituí-la.

(CC, arts. 1.196, 1.390, 1.394, 1.403, II, 1.412 e 1.414; IN SRF nº 256, de 2002, art. 4º, § 2º)

POSSE NÃO AUTORIZADA

033 Considera-se contribuinte do ITR o possuidor com posse não autorizada?

Sim. Para efeito do ITR, é contribuinte o possuidor a qualquer título. Considera-se possuidor a qualquer título aquele que tem a posse do imóvel rural, inclusive a decorrente de ocupação, autorizada ou não pelo Poder Público.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 4º, § 2º)

DESAPROPRIAÇÃO

POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

034 Quem é contribuinte na hipótese de desapropriação do imóvel rural por pessoa jurídica de direito privado delegatária ou concessionária de serviço público?

Na hipótese de desapropriação do imóvel rural por pessoa jurídica de direito privado delegatária ou concessionária de serviço público, é contribuinte:

I - o expropriado, em relação aos fatos geradores ocorridos até a data da perda da posse ou da propriedade; e

II - o expropriante, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir da perda da posse ou da propriedade.

O expropriado perde a posse ou a propriedade quando o juiz determina a imissão prévia na posse ou quando ocorre a transferência ou incorporação do imóvel rural ao patrimônio do expropriante.

Desse modo, a apresentação da declaração e a apuração e pagamento do imposto devido devem ser efetuados pela pessoa física ou jurídica que, em relação ao respectivo fato gerador, seja contribuinte do ITR.

(CTN, art. 121, parágrafo único, I; IN SRF nº 256, de 2002, art. 4º, § 3º)

DESAPROPRIAÇÃO

POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

035 Quem é contribuinte na hipótese de desapropriação do imóvel rural por pessoa jurídica de direito público?

Na hipótese de desapropriação do imóvel rural por pessoa jurídica de direito público é contribuinte o expropriado, em relação aos fatos geradores ocorridos até a data da perda da posse ou da propriedade.

Como o patrimônio da pessoa jurídica de direito público é imune, não há incidência do ITR a partir do momento em que esta se investe na posse ou se torna proprietária do imóvel. A pessoa imune não reveste a condição de contribuinte do imposto, estando, entretanto, obrigada ao cumprimento de obrigações acessórias.

O expropriado perde a posse ou a propriedade quando o juiz determina a imissão prévia na posse ou quando ocorre a transferência ou incorporação do imóvel rural ao patrimônio do expropriante.

Deve-se observar que o expropriado é contribuinte do ITR em relação aos fatos geradores ocorridos até a data da perda da posse ou da propriedade, estando obrigado, em relação a estes, a apresentar declaração e a apurar e pagar o imposto devido.

(CTN, art. 121, parágrafo único, I; IN SRF nº 256, de 2002, art. 5º, II)

ARRENDATÁRIO, COMODATÁRIO E PARCEIRO

036 O arrendatário, o comodatário e o parceiro são contribuintes do ITR?

Não. A relação jurídica estabelecida pelos contratos de arrendamento, de comodato ou de parceria é de natureza obrigacional. Em decorrência destes contratos há a entrega do imóvel sem a intenção de transferir a posse plena; é cedido, temporariamente, apenas o exercício parcial do uso e da fruição (posse limitada).

Somente a posse plena, sem subordinação (posse com *animus domini*), é fato gerador do ITR. Assim, como não têm a posse plena, vale dizer, não têm a posse com *animus domini*, o arrendatário, o comodatário e o parceiro não são contribuintes do ITR.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 4º, § 4º)

FIDEICOMISSO

037 Quem é contribuinte em caso de imóvel rural dado em fideicomisso?

Em caso de fideicomisso o contribuinte do ITR é o fiduciário. O fiduciário é proprietário do imóvel sob condição resolutiva, ao passo que o fideicomissário o é sob condição suspensiva. Portanto, enquanto não houver o implemento da condição suspensiva o fiduciário é o contribuinte do ITR.

O fideicomisso somente pode ser constituído por testamento. No fideicomisso há, necessariamente, a participação de três pessoas: o fideicomitente (autor da liberalidade), o fiduciário ou gravado (pessoa que sucede em primeiro lugar e que é responsável por transmitir o bem ao fideicomissário no implemento de determinada causa) e o fideicomissário (pessoa à qual, por último, se transmite a herança ou o legado).

(CC, arts. 1.951 e 1.953)

QUEM É RESPONSÁVEL

038 Quem é responsável pelo crédito tributário do ITR?

É responsável pelo crédito tributário do ITR o sucessor, a qualquer título.

Todavia, na hipótese de alienação do imóvel rural, não se configura a responsabilidade tributária do adquirente quando este for o Poder Público, incluídas suas autarquias e fundações, ou entidade privada imune do ITR.

Registre-se, ainda, que não há responsabilidade tributária para o expropriante de imóvel rural, seja a desapropriação promovida pelo Poder Público, seja por pessoa jurídica de direito privado delegatária ou concessionária de serviço público. Isso se deve ao fato de não ocorrer sucessão dominial na desapropriação, uma vez que ela consubstancia forma originária de aquisição da propriedade.

(CTN, arts. 128 a 133; Lei nº 9.393, de 1996, art. 5º; RITR/2002, art. 6º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 5º)

EXTENSÃO DA RESPONSABILIDADE

039 Qual a extensão da responsabilidade do sucessor?

A responsabilidade de terceiro, por sucessão do contribuinte, tanto pode ocorrer quanto às dívidas tributárias preexistentes, quanto às que vierem a ser lançadas ou apuradas posteriormente à sucessão, desde que o fato gerador haja ocorrido até a data dessa sucessão e salvo, quanto às últimas, quando conste do título a prova de sua quitação.

(CTN, arts. 129 e 130)

AQUISIÇÃO DE IMÓVEL RURAL

040 Em relação a fatos geradores do ITR ocorridos anteriormente à aquisição do imóvel rural, o adquirente responde pelo débito tributário existente?

Sim, responde. O crédito tributário, relativo a fato gerador ocorrido até a data da alienação do imóvel, sub-roga-se na pessoa do respectivo adquirente, salvo quando conste do título de aquisição a prova de sua quitação.

Não obstante, não se aplica o instituto da sub-rogação à aquisição de imóvel rural pelo Poder Público, pelas suas autarquias e fundações, e pelas entidades privadas imunes do imposto, bem como em relação ao imóvel desapropriado por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, inclusive para reforma agrária, seja a desapropriação promovida pelo Poder Público, seja por pessoa jurídica de direito privado delegatária ou concessionária de serviço público. Nesses casos, responde pelo pagamento do imposto o desapropriado ou o alienante, em relação aos fatos geradores ocorridos até a data da perda da posse ou até a data da transferência da titularidade.

(CTN, arts. 128 a 130)

DESAPROPRIAÇÃO

041 Por que não se aplica o instituto da sub-rogação do imposto na desapropriação de imóvel rural?

Não ocorre a sub-rogação do imposto na pessoa do expropriante porque a desapropriação é modo originário de aquisição da propriedade.

Forma originária de aquisição da propriedade é aquela que nasce de uma relação direta entre o sujeito e a coisa; é causa autônoma, bastante para gerar o título constitutivo da propriedade por força própria. Portanto, diz-se originária a forma de aquisição quando a causa que atribui a propriedade a alguém não se vincula a nenhum título anterior. É o que ocorre na desapropriação, em que a transferência forçada do imóvel para o patrimônio do expropriante independe de qualquer vínculo com o título anterior de propriedade.

Portanto, na expropriação é incabível falar em responsabilidade do sucessor, uma vez que não existe a figura do sucessor; o expropriante é considerado proprietário originário. Assim, por ficção legal, considera-se que o imóvel nunca antes teve dono.

ALIENAÇÃO PARA IMUNES

042 Na venda de imóvel rural para pessoa jurídica de direito público interno ou para pessoa jurídica de direito privado imune, por que inexistente sub-rogação do imposto na pessoa jurídica adquirente do imóvel?

A propriedade de imóvel rural por pessoa jurídica de direito público ou pessoa jurídica de direito privado imune não constitui fato gerador do ITR, por expressa disposição constitucional. Como o fisco não pode cobrar imposto relativo aos bens que integram o patrimônio da pessoa jurídica imune, não pode ela assumir o ônus tributário de bens de terceiros, restando, assim, inaplicável o instituto da sub-rogação do crédito tributário na pessoa do adquirente imune. Cabe, portanto, ao alienante o pagamento do ITR relativo aos fatos geradores ocorridos até a data da alienação do imóvel à pessoa jurídica imune.

IMÓVEL RURAL PERTENCENTE A ESPÓLIO

043 Quem é responsável, para fins do ITR, no caso de imóvel rural pertencente a espólio?

No caso de imóvel rural pertencente a espólio, para fins do ITR, é responsável:

I - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelo imposto devido pela pessoa falecida até a data da partilha, sobrepartilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

II - o espólio, pelo imposto devido pela pessoa falecida até a data da abertura da sucessão.

(CTN, art. 131, II e III)

LOCALIZAÇÃO

044 Qual é o domicílio tributário do contribuinte do ITR?

Para efeito da legislação do ITR, o domicílio tributário do contribuinte ou responsável, pessoa física ou jurídica, inclusive imune e isento, é o município de localização do imóvel rural, vedada a eleição de qualquer outro.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 4º, parágrafo único; RITR/2002, art. 7º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 6º)

ÁREA DO IMÓVEL EM MAIS DE UM MUNICÍPIO

045 Para efeito de domicílio tributário, onde deverá ser enquadrado o imóvel rural que tiver sua área em mais de um município?

Para efeito de domicílio tributário, o imóvel rural que tiver sua área em mais de um município deverá ser enquadrado no município onde se localiza a sede do imóvel e, se esta não existir, será enquadrado no município onde se localiza a maior parte da área do imóvel rural.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 1º, § 3º; RITR/2002, art. 7º, § 1º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 6º, § 1º)

ENDEREÇO PARA INTIMAÇÃO

046 O contribuinte pode indicar endereço diferente do domicílio tributário para fins de intimação?

Sim, o contribuinte pode indicar endereço diferente do domicílio tributário somente para fins de intimação ou de qualquer outro ato de comunicação, e o endereço indicado valerá somente para esse efeito até ulterior alteração.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 6º, § 3º; RITR/2002, art. 7º, § 2º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 6º, § 2º)

IMPUGNAÇÃO

047 A reclamação ou impugnação pode ser entregue em qualquer unidade da RFB?

Sim. A reclamação ou impugnação do lançamento ou de qualquer outro ato praticado pela autoridade administrativa pode ser entregue ou protocolizada em qualquer unidade da RFB, devendo ser dirigida à autoridade fiscal da unidade de jurisdição do imóvel (domicílio tributário).

DEFINIÇÃO

048 O que é imóvel rural?

Para efeito do ITR, considera-se imóvel rural a área contínua, formada de uma ou mais parcelas de terras confrontantes, do mesmo titular, localizada na zona rural do município, ainda que, em relação a alguma parte da área, o declarante detenha apenas a posse.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 1º, § 2º; RITR/2002, art. 9º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 8º)

ÁREA CONTÍNUA

DEFINIÇÃO

049 O que é área contínua?

Para efeito do ITR, considera-se área contínua a área total do prédio rústico, mesmo que fisicamente dividida por ruas, estradas, rodovias, ferrovias ou por canais ou cursos de água.

Assim, se uma pessoa adquiriu dois, três ou quatro imóveis, de dois, três ou quatro proprietários diversos, mediante escrituras públicas distintas, os respectivos bens são unidades autônomas para o Código Civil e para a Lei de Registros Públicos, com matrículas próprias, mas para a legislação do ITR são um único imóvel, desde que suas áreas sejam contínuas.

(Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra, art. 4º, I; Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, art. 4º, I; RITR/2002, art. 9º, parágrafo único; IN SRF nº 256, de 2002, art. 8º, parágrafo único)

ÁREA CONTÍNUA

RIO QUE CORTA A PROPRIEDADE

050 Rio que corta a propriedade rural torna a área desse imóvel descontínua?

Não. A existência de um rio que corta a propriedade rural não implica descontinuidade da área desta.

ÁREA CONTÍNUA

ESTRADA QUE CORTA A PROPRIEDADE

051 Uma estrada, que atravessa a Fazenda A, foi construída por imposição legal (passagem forçada). Outra estrada que atravessa a Fazenda B foi construída em virtude de acordo entre os proprietários dos prédios serviente e dominante (servidão de passagem). Já a rodovia, que corta a fazenda C, foi construída sobre a faixa de área que fora desapropriada para tal. Essas estradas, para efeito do ITR, geram descontinuidade de área dos respectivos imóveis?

Não. A existência de uma estrada, rodovia ou ferrovia que corta a propriedade rural, em qualquer hipótese, não implica descontinuidade da área desta.

ÁREA CONTÍNUA

PASSAGEM FORÇADA

052 O que é passagem forçada?

Passagem forçada ou servidão legal de passagem é o direito de trânsito pelo imóvel alheio vizinho, para ter acesso à via pública, do qual é titular o dono do imóvel rural que se encontra naturalmente encravado em outro, sem saída para a via pública.

(CC, art. 1.285)

ÁREA CONTÍNUA

AQUISIÇÃO

053 Áreas parciais ou totais adquiridas, separadas de outro imóvel rural já inscrito no Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir) em nome do comprador por estrada pública municipal, devem ser anexadas ao imóvel original do comprador ou devem ser inscritas no Cafir como um novo imóvel rural?

Estas áreas parciais ou totais adquiridas devem ser anexadas à área do imóvel rural já inscrito no Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir) em nome do comprador, mantendo-se o mesmo número de inscrição deste no Cafir em relação à totalidade da área (áreas adquiridas somadas à área do imóvel rural já inscrito).

A existência de uma estrada que separa as áreas adquiridas da área do imóvel rural já inscrito em nome do comprador não implica descontinuidade da totalidade da área (áreas adquiridas somadas à área do imóvel rural já inscrito).

ÁREA CONTÍNUA

FAIXA DE FRONTEIRA

054 A propriedade 'X' tem parte de sua área situada na faixa de fronteira (área de segurança nacional). O titular dessa propriedade, em relação à área situada na faixa de fronteira, tem apenas posse por ocupação (área pública). Neste caso, para efeito do ITR, todas as áreas da propriedade formam apenas um único imóvel rural?

Sim. A área situada em faixa de fronteira forma, com a área restante a ela contínua, um único imóvel rural. O conceito de imóvel rural, para efeito do ITR, abrange todas as áreas confrontantes ou contínuas do mesmo titular, sejam elas havidas a título de propriedade, de domínio útil ou de posse, inclusive posse por ocupação.

IMÓVEL SITUADO EM ZONA URBANA

055 Imóvel situado na zona urbana do município, ainda que explorado com atividade rural, está sujeito ao ITR?

Não. Se o imóvel está situado na zona urbana do município, assim definida em lei municipal, independentemente de sua forma de utilização, o imposto incidente sobre este é o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

Somente os imóveis situados na zona rural do município, assim definida em lei municipal, estão sujeitos ao ITR.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 1º; RITR/2002, art. 2º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 1º)

CONDOMÍNIO

IMÓVEL RURAL PERTENCENTE A MAIS DE UMA PESSOA

056 Para fins de ITR, um imóvel rural pode pertencer a mais de uma pessoa?

Sim. Um imóvel rural pode pertencer a um grupo de pessoas físicas ou jurídicas, hipótese em que se tem condomínio. Os efeitos jurídicos decorrentes da existência de condomínio verificam-se, para o ITR, sempre que o imóvel for havido simultaneamente por duas ou mais pessoas, sejam elas proprietárias, titulares do domínio útil ou possuidoras a qualquer título, uma vez que todas se revestem da condição de contribuintes do imposto.

(CC, art. 1.314)

CONDOMÍNIO

ANEXAÇÃO DE ÁREA

057 Na hipótese de imóvel rural em condomínio, se alguns condôminos adquirem área confrontante com este, a área adquirida deve ser considerada anexada ao imóvel rural em condomínio?

Não. A área confrontante somente deve ser considerada anexada ao imóvel rural em condomínio se for adquirida, em condomínio, exclusivamente pelos mesmos condôminos deste. Caso contrário, o imóvel rural em condomínio e a área adquirida deverão ser considerados como imóveis distintos.

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL

COMPOSIÇÃO

058 Como se compõe a área total do imóvel rural a ser declarada?

A área total do imóvel rural compõe-se de:

I - áreas não-tributáveis;

II - áreas tributáveis.

a) áreas aproveitáveis:

- utilizadas pela atividade rural;

- não-utilizadas pela atividade rural;

b) áreas ocupadas por benfeitorias úteis e necessárias à atividade rural, exceto as empregadas diretamente na exploração de atividade granjeira ou aquícola.

DATA DE REFERÊNCIA

059 A área total do imóvel deve se referir a que época do ano, para efeito de apuração do ITR?

A área total do imóvel deve se referir à situação existente na data da efetiva entrega da declaração do ITR, independentemente de atualização no registro imobiliário.

Faz-se exceção a essa regra quando, entre 1º de janeiro do ano de ocorrência do fato gerador do ITR e a data da efetiva entrega da declaração, ocorrer:

I - alienação do imóvel rural para entidade, pública ou privada, imune do ITR; e

II - perda da posse ou da propriedade do imóvel rural para entidade, pública ou privada, imune do ITR, decorrente de desapropriação.

Nos dois casos acima, o alienante ou o expropriado, pessoa física ou jurídica, está obrigado a apresentar a declaração do ITR considerando como área total do imóvel rural a existente na data da alienação ou da desapropriação.

REGISTRO

060 Qual a área que deve ser declarada caso da matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis conste área diferente da obtida na medição de área efetuada recentemente, conforme laudo emitido por engenheiro legalmente habilitado?

A área total do imóvel deve se referir à situação existente na data da efetiva entrega da DITR, independentemente de atualização no registro imobiliário.

CLASSIFICAÇÃO QUANTO À TRIBUTAÇÃO

061 Como se classificam as áreas do imóvel quanto à tributação?

As áreas do imóvel classificam-se quanto à tributação em:

I - área não-tributável; e

II - área tributável.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 10, § 1º, II; RITR/2002, art. 10, I a VI; IN SRF nº 256, de 2002, art. 9º, I a VI)

COMPOSIÇÃO

062 Quais as áreas não-tributáveis do imóvel rural?

As áreas não-tributáveis do imóvel rural são as:

I - de preservação permanente;

II - de reserva legal;

III - de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN);

IV - de interesse ecológico, assim declaradas mediante ato do órgão competente, federal ou estadual, que sejam:

a) destinadas à proteção dos ecossistemas e que ampliem as restrições de uso previstas para as áreas de preservação permanente e de reserva legal; e

b) comprovadamente imprestáveis para a atividade rural.

V - de servidão florestal;

VI - de servidão ambiental;

VII - cobertas por florestas nativas, primárias ou secundárias em estágio médio ou avançado de regeneração.

(Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal, arts. 2º, 3º, 16 e 44-A, com a redação dada pela Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989, art. 1º, e pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, arts. 1º e 2º; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 9º-A, acrescentado pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006; Lei nº 9.393, de 1996, art. 10, § 1º, II, com a redação dada pela Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, art. 21; Decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996; RITR/2002, art. 10; IN SRF nº 256, de 2002, art. 9º)

DATA DE REFERÊNCIA

063 As áreas não-tributáveis do imóvel rural devem se referir a que época do ano, para efeito de apuração do ITR?

As áreas enquadradas como não-tributáveis do imóvel rural devem se referir à situação existente em 1º de janeiro de cada ano.

(RITR/2002, art. 10, § 3º, II; IN SRF nº 256, de 2002, art. 9º, § 3º, II)

CONDIÇÕES PARA EXCLUSÃO

064 Quais as condições exigidas para excluir as áreas não-tributáveis da incidência do ITR?

Para exclusão das áreas não-tributáveis da incidência do ITR é necessário que o contribuinte apresente o Ato Declaratório Ambiental (ADA) ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e que as áreas assim declaradas atendam ao disposto na legislação pertinente.

Ver perguntas 072, 078, 084, 089, 094 e 099.

(Lei nº 4.771, de 1965, art. 16, § 8º, e 44-A, § 2º, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 17, § 1º, com a redação dada pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, art. 1º; Lei nº 9.985, de 2000, art. 21, § 1º; RITR/2002, art. 10, § 3º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 9º, § 3º)

ATO DECLARATÓRIO AMBIENTAL (ADA)

EXIGÊNCIA

065 É exigido o ADA para excluir as áreas de preservação permanente, de reserva legal e as demais áreas não-tributáveis da incidência do ITR?

Sim. As áreas declaradas como não-tributáveis devem ser obrigatoriamente informadas em ADA.

(Lei nº 6.938, de 1981, art. 17-O, § 1º, com a redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000, art. 1º; RITR/2002, art. 10, § 3º, I; IN SRF nº 256, de 2002, art. 9º, § 3º, I)

ADA

BASE LEGAL

066 Qual é a base legal para exigência da apresentação do ADA?

A base legal para a apresentação do ADA está disposta no art. 17-O, § 1º, da Lei nº 6.938, de 1981, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.165, de 2000.

Além disto, o Ibama editou as Instruções Normativas nº 76, de 31 de outubro de 2005, e nº 96, de 30 de março de 2006, que regulamentam a determinação legal citada, esclarecendo sobre condições, formas e prazos de apresentação do ADA.

(Lei nº 6.938, de 1981, art. 17-O, § 1º, com a redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000, art. 1º; RITR/2002, art. 10, § 3º, I)

ADA

FALTA DE APRESENTAÇÃO

067 Caso o contribuinte não tenha apresentado o ADA, quais as conseqüências em relação ao ITR?

Caso não tenha apresentado o ADA, o contribuinte não pode excluir da tributação pelo ITR as áreas de informação obrigatória em ADA, devendo ser paga a diferença de imposto que deixou de ser recolhida em virtude da exclusão das referidas áreas, com os acréscimos legais cabíveis (multa e juros).

(Lei nº 6.938, de 1981, art. 17-O, § 1º, com redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000, art. 1º)

ADA

LAVRADO DE OFÍCIO

068 Se o Ibama lavrar, de ofício, novo ADA, quais as conseqüências em relação ao ITR?

Se o Ibama lavrar, de ofício, novo ADA, a Secretaria da Receita Federal do Brasil apurará o ITR efetivamente devido e efetuará, de ofício, se for o caso, o lançamento da diferença de imposto com os acréscimos legais cabíveis (multa e juros).

(Lei nº 6.938, de 1981, art. 17-O, § 1º, com redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000, art. 1º; RITR/2002, art. 10, § 4º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 9º, § 6º, II)

AQUISIÇÃO APÓS O FATO GERADOR

069 Como fazer a distribuição das áreas não-tributáveis, no caso de aquisição de imóvel ou anexação de área entre 1º de janeiro e a data de entrega da declaração?

O adquirente deve distribuir as áreas não-tributáveis, na declaração, de acordo com sua efetiva classificação no ano anterior ao de ocorrência do fato gerador. Se o adquirente não tem conhecimento dos dados, deverá obtê-los com o vendedor; se não for possível, deverá declarar de acordo com os elementos auferidos ou colhidos nas inspeções ou diligências que efetuou no imóvel. De qualquer forma, o adquirente deve informar a situação existente no ano anterior ao de ocorrência do fato gerador.

PRESERVAÇÃO PERMANENTE

COMPOSIÇÃO

070 Quais áreas do imóvel podem ser informadas na DITR como áreas de preservação permanente?

Na Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) podem ser informadas como áreas de preservação permanente, desde que atendam ao disposto na legislação pertinente:

I - as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:

- de trinta metros para os cursos d'água de menos de dez metros de largura;
- de cinquenta metros para os cursos d'água que tenham de dez a cinquenta metros de largura;
- de cem metros para os cursos d'água que tenham de cinquenta a duzentos metros de largura;
- de duzentos metros para os cursos d'água que tenham de duzentos a seiscentos metros de largura;
- de quinhentos metros para os cursos d'água que tenham largura superior a seiscentos metros;

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de cinquenta metros de largura;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a quarenta e cinco graus, equivalente a cem por cento na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a cem metros em projeções horizontais;

h) em altitude superior a mil e oitocentos metros, qualquer que seja a vegetação.

II - as florestas e demais formas de vegetação natural, declaradas de preservação permanente por ato do Poder Público, quando destinadas:

a) a atenuar a erosão das terras;

b) a fixar as dunas;

c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;

d) a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares;

e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;

f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;

g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;

h) a assegurar condições de bem-estar público.

Ver pergunta 072.

(Lei nº 4.771, de 1965, arts. 2º e 3º, com a redação dada pela Lei nº 7.803, de 1989, art. 1º; RITR/2002, art. 11; IN SRF nº 256, de 2002, art. 10)

PRESERVAÇÃO PERMANENTE

RESERVA INDÍGENA

071 Como são enquadradas as florestas existentes nas reservas indígenas?

As florestas que integram o Patrimônio Indígena ficam sujeitas ao regime de preservação permanente, com o intuito de manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas.

(Lei nº 4.771, de 1965, art. 3º, “g”, e § 2º; RITR/2002, art. 11, § 2º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 10, § 2º)

PRESERVAÇÃO PERMANENTE

CONDIÇÕES PARA EXCLUSÃO

072 Quais as condições exigidas para excluir as áreas de preservação permanente da incidência do ITR?

Para exclusão das áreas de preservação permanente da incidência do ITR é necessário que o contribuinte apresente o ADA ao Ibama e que as áreas assim declaradas atendam ao disposto na legislação pertinente.

(Lei nº 6.938, de 1981, art. 17-O, § 1º, com a redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000, art. 1º; RITR/2002, art. 10, § 3º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 9º, § 3º)

PRESERVAÇÃO PERMANENTE

EXIGÊNCIA DO ADA

073 É exigido o ADA para excluir as áreas de preservação permanente da incidência do ITR?

Sim. Para exclusão das áreas de preservação permanente da incidência do ITR é necessário que o contribuinte apresente o ADA ao Ibama.

(Lei nº 6.938, de 1981, art. 17-O, § 1º, com a redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000, art. 1º; RITR/2002, art. 10, § 3º, I; IN SRF nº 256, de 2002, art. 9º, § 3º, I)

PRESERVAÇÃO PERMANENTE

AVERBAÇÃO

074 Há necessidade de averbar no Cartório de Registro de Imóveis a área de preservação permanente?

Não. A legislação do ITR não exige averbação da área de preservação permanente no Cartório de Registro de Imóveis.

PRESERVAÇÃO PERMANENTE

LIMITE MÍNIMO DE ÁREA PARA ADA

075 Qual a quantidade mínima de área de preservação permanente para apresentar o ADA ao Ibama?

A legislação do ITR não fixa limite mínimo de área de preservação permanente para a apresentação do ADA.

RESERVA LEGAL

DEFINIÇÃO

076 O que são áreas de reserva legal?

São áreas de reserva legal aquelas cuja vegetação não pode ser suprimida, podendo apenas ser utilizada sob regime de manejo florestal sustentável, de acordo com princípios e critérios técnicos e científicos estabelecidos, devendo estar averbadas à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente.

(Lei nº 4.771, de 1965, art. 16, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001, art. 1º; RITR/2002, art. 12; IN SRF nº 256, de 2002, art. 11)

RESERVA LEGAL

MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

077 O que é manejo florestal sustentável?

Entende-se por manejo florestal sustentável a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos e sociais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo.

(Decreto nº 1.282, de 19 de outubro de 1994, art. 1º, § 2º)

RESERVA LEGAL

CONDIÇÕES PARA EXCLUSÃO

078 Quais as condições exigidas para excluir as áreas de reserva legal da incidência do ITR?

Para exclusão das áreas de reserva legal da incidência do ITR, é necessário que o contribuinte apresente o ADA ao Ibama, que as áreas estejam averbadas no registro de imóveis competente e aprovada pelo órgão ambiental estadual competente ou, mediante convênio, pelo órgão ambiental municipal ou outra instituição devidamente habilitada, na data de ocorrência do fato gerador (1º de janeiro de 2007), e que atendam ao disposto na legislação pertinente.

(Lei nº 4.771, de 1965, art. 16, § 8º, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001, art. 1º; Lei nº 6.938, de 1981, art. 17-O, § 1º, com a redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000, art. 1º; RITR/2002, arts. 10, § 3º, e 12, *caput* e § 1º; IN SRF nº 256, de 2002, arts. 9º, § 3º, e 11, § 1º)

RESERVA LEGAL

EXIGÊNCIA DO ADA

079 É exigido o ADA para excluir as áreas de reserva legal da incidência do ITR?

Sim. Para exclusão das áreas de reserva legal da incidência do ITR é necessário que o contribuinte apresente o ADA ao Ibama.

(Lei nº 6.938, de 1981, art. 17-O, § 1º, com a redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000, art. 1º; RITR/2002, art. 10, § 3º, I; IN SRF nº 256, de 2002, art. 9º, § 3º, I)

RESERVA LEGAL

AVERBAÇÃO

080 Há necessidade de averbar no Cartório de Registro de Imóveis as áreas de reserva legal?

Sim. As áreas de reserva legal devem estar averbadas no registro de imóveis competente na data de ocorrência do fato gerador (1º de janeiro de 2007).

(Lei nº 4.771, de 1965, art. 16, § 8º, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001; RITR/2002, art. 12, *caput* e § 1º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 11, § 1º)

RESERVA LEGAL

POSSE

081 Com relação ao imóvel rural mantido a título de posse, como deve proceder o possuidor para constituir a área de reserva legal?

Na posse, a reserva legal é assegurada pelo Termo de Ajustamento de Conduta, firmado pelo possuidor com o órgão ambiental estadual ou federal competente, com força de título executivo, e contendo, no mínimo, a localização da reserva legal, as suas características ecológicas básicas e a proibição de supressão de sua vegetação.

A averbação da reserva legal da pequena propriedade ou posse rural familiar é gratuita, devendo o Poder Público prestar apoio técnico e jurídico, quando necessário.

(Lei nº 4.771, de 1965, art. 16, §§ 9º e 10, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001, art. 1º; RITR/2002, art. 12, § 2º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 11, § 2º)

RESERVA LEGAL

LIMITE MÍNIMO DE ÁREA PARA ADA

082 Qual a quantidade mínima de área de reserva legal para apresentar o ADA ao Ibama?

A legislação do ITR não fixa limite mínimo de área de reserva legal para a apresentação do ADA.

RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN)

DEFINIÇÃO

083 O que são áreas de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)?

São áreas de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) as áreas privadas gravadas com perpetuidade, averbadas à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, destinadas à conservação da diversidade biológica, nas quais somente poderão ser permitidas a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais, reconhecidas pelo Ibama.

(Lei nº 9.985, de 2000, art. 21; RITR/2002, art. 13; IN SRF nº 256, de 2002, art. 12)

RPPN

CONDIÇÕES PARA EXCLUSÃO

084 Quais as condições exigidas para excluir as áreas de RPPN da incidência do ITR?

Para exclusão das áreas de RPPN da incidência do ITR é necessário que o contribuinte apresente o ADA ao Ibama, que as áreas, gravadas com perpetuidade conforme termo de compromisso assinado perante órgão ambiental, estejam averbadas no registro de imóveis competente e reconhecidas pelo Ibama, na data de ocorrência do fato gerador (1º de janeiro de 2007), e que atendam ao disposto na legislação pertinente.

(Lei nº 6.938, de 1981, art. 17-O, § 1º, com a redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000, art. 1º; Lei nº 9.985, de 2000, art. 21, § 1º; RITR/2002, arts. 10, § 3º, e 13; IN SRF nº 256, de 2002, arts. 9º, § 3º, e 12)

RPPN

EXIGÊNCIA DO ADA

085 É exigido o ADA para excluir as áreas de RPPN da incidência do ITR?

Sim. Para exclusão das áreas de RPPN da incidência do ITR é necessário que o contribuinte apresente o ADA ao Ibama.

(Lei nº 6.938, de 1981, art. 17-O, § 1º, com a redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000, art. 1º; RITR/2002, art. 10, § 3º, I; IN SRF nº 256, de 2002, art. 9º, § 3º, I)

RPPN

AVERBAÇÃO

086 Há necessidade de averbar no Cartório de Registro de Imóveis as áreas de RPPN?

Sim. As áreas de RPPN devem estar averbadas no registro de imóveis competente na data de ocorrência do fato gerador (1º de janeiro de 2007).

(Lei nº 9.985, de 2000, art. 21, § 1º; RITR/2002, art. 13; IN SRF nº 256, de 2002, art. 12)

RPPN

POSSE

087 O possuidor pode constituir RPPN em áreas de posse?

O possuidor não pode constituir área de RPPN. As áreas de RPPN devem estar averbadas no registro de imóveis competente, na data de ocorrência do fato gerador, logo, a constituição de RPPN pressupõe a titulação de propriedade do imóvel rural.

INTERESSE ECOLÓGICO

COMPOSIÇÃO

088 Quais áreas do imóvel rural podem ser informadas na DITR como áreas de interesse ecológico?

Na Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) podem ser informadas como áreas de interesse ecológico, desde que atendam ao disposto na legislação pertinente, as áreas assim declaradas mediante ato do órgão competente, federal ou estadual, que sejam:

I - destinadas à proteção dos ecossistemas, e que ampliem as restrições de uso previstas para as áreas de preservação permanente e de reserva legal; e

II - comprovadamente imprestáveis para a atividade rural.

Para efeito de exclusão do ITR, apenas será aceita como área de interesse ecológico a área declarada em caráter específico para determinada área da propriedade particular. Não será aceita a área declarada em caráter geral. Portanto, se o imóvel rural estiver dentro de área declarada em caráter geral como de interesse ecológico, é necessário também o reconhecimento específico de órgão competente federal ou estadual para a área da propriedade particular.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 10, § 1º, II, “b” e “c”; RITR/2002, art. 15; IN SRF nº 256, de 2002, art. 14).

INTERESSE ECOLÓGICO

CONDIÇÕES PARA EXCLUSÃO

089 Quais as condições exigidas para excluir as áreas de interesse ecológico da incidência do ITR?

Para exclusão das áreas de interesse ecológico da incidência do ITR é necessário que o contribuinte apresente o ADA ao Ibama, que as áreas sejam assim declaradas mediante ato do órgão competente, federal ou estadual, e que atendam ao disposto na legislação pertinente.

(Lei nº 6.938, de 1981, art. 17-O, § 1º, com a redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000, art. 1º; RITR/2002, arts. 10, § 3º, e 15; IN SRF nº 256, de 2002, arts. 9º, § 3º, e 14)

INTERESSE ECOLÓGICO EXIGÊNCIA DO ADA

090 É exigido o ADA para excluir as áreas de interesse ecológico da incidência do ITR?

Sim. Para exclusão das áreas de interesse ecológico da incidência do ITR é necessário que o contribuinte apresente o ADA ao Ibama.

(Lei nº 6.938, de 1981, art. 17-O, § 1º, com a redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000, art. 1º; RITR/2002, art. 10, § 3º, I; IN SRF nº 256, de 2002, art. 9º, § 3º, I)

INTERESSE ECOLÓGICO AVERBAÇÃO

091 Há necessidade de averbar no Cartório de Registro de Imóveis as áreas de interesse ecológico?

Não. As áreas de interesse ecológico não necessitam ser averbadas no registro de imóveis competente. É necessário, entretanto, em qualquer hipótese, que as áreas de interesse ecológico sejam assim declaradas por ato específico do órgão competente, federal ou estadual, a fim de que possam ser excluídas da incidência do ITR.

INTERESSE ECOLÓGICO POSSE

092 É possível a existência de áreas de interesse ecológico em áreas de posse?

Sim. A existência de áreas de interesse ecológico não pressupõe a titulação de propriedade do imóvel rural. É necessário, entretanto, em qualquer hipótese, que as áreas de interesse ecológico sejam assim declaradas por ato específico do órgão competente, federal ou estadual, a fim de que possam ser excluídas da incidência do ITR.

SERVIDÃO FLORESTAL DEFINIÇÃO

093 O que são áreas de servidão florestal?

São áreas de servidão florestal aquelas averbadas à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, nas quais o proprietário voluntariamente renuncia, em caráter permanente ou temporário, a direitos de supressão ou exploração da vegetação nativa, localizadas fora das áreas de reserva legal e de preservação permanente.

(Lei nº 4.771, de 1965, art. 44-A, acrescentado pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001, art. 2º; RITR/2002, art. 14; IN SRF nº 256, de 2002, art. 13)

SERVIDÃO FLORESTAL CONDIÇÕES PARA EXCLUSÃO

094 Quais as condições exigidas para excluir as áreas de servidão florestal da incidência do ITR?

Para exclusão das áreas de servidão florestal da incidência do ITR é necessário que o contribuinte apresente o ADA ao Ibama, que as áreas estejam averbadas no registro de imóveis competente, após anuência do órgão ambiental estadual competente, na data de ocorrência do fato gerador (1º de janeiro de 2007), e que atendam ao disposto na legislação pertinente.

(Lei nº 6.938, de 1981, art. 17-O, § 1º, com a redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000, art. 1º; Lei nº 4.771, de 1965, art. 44-A, § 2º, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001; RITR/2002, arts. 10, § 3º, e 14; IN SRF nº 256, de 2002, arts. 9º, § 3º, e 13)

SERVIDÃO FLORESTAL

EXIGÊNCIA DO ADA

095 É exigido o ADA para excluir as áreas de servidão florestal da incidência do ITR?

Sim. Para exclusão das áreas de servidão florestal da incidência do ITR é necessário que o contribuinte apresente o ADA ao Ibama.

(Lei nº 6.938, de 1981, art. 17-O, § 1º, com a redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000, art. 1º; RITR/2002, art. 10, § 3º, I; IN SRF nº 256, de 2002, art. 9º, § 3º, I)

SERVIDÃO FLORESTAL

AVERBAÇÃO

096 Há necessidade de averbar no Cartório de Registro de Imóveis as áreas de servidão florestal?

Sim. As áreas de servidão florestal devem estar averbadas no registro de imóveis competente na data de ocorrência do fato gerador (1º de janeiro de 2007).

(Lei nº 4.771, de 1965, art. 44-A, § 2º, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001; RITR/2002, art. 14; IN SRF nº 256, de 2002, art. 13)

SERVIDÃO FLORESTAL

POSSE

097 O possuidor pode constituir servidão florestal em áreas de posse?

O possuidor não pode constituir área de servidão florestal. As áreas de servidão florestal devem estar averbadas no registro de imóveis competente, na data de ocorrência do fato gerador, logo, a constituição de servidão florestal pressupõe a titulação de propriedade do imóvel rural.

SERVIDÃO AMBIENTAL

DEFINIÇÃO

098 O que são áreas de servidão ambiental?

São áreas de servidão ambiental aquelas averbadas à margem da inscrição da matrícula do imóvel, no Registro de Imóveis competente, nas quais o proprietário renuncia, em caráter permanente ou temporário, total ou parcialmente, a direito de uso, exploração ou supressão de recursos naturais, localizadas fora das áreas de preservação permanente e reserva legal.

(Lei nº 6.938, de 1981, art. 9º-A, acrescentado pela Lei nº 11.284, de 2006)

SERVIDÃO AMBIENTAL

CONDIÇÕES PARA EXCLUSÃO

099 Quais as condições exigidas para excluir as áreas de servidão ambiental da incidência do ITR?

Para exclusão das áreas de servidão ambiental da incidência do ITR é necessário que o contribuinte apresente o ADA ao Ibama, que as áreas estejam averbadas no Registro de Imóveis competente, após anuência do órgão ambiental competente, na data de ocorrência do fato gerador (1º de janeiro de 2007), e que atendam ao disposto na legislação pertinente.

(Lei nº 6.938, de 1981, art. 9º-A, acrescentado pela Lei nº 11.284, de 2006, e art. 17-O, § 1º, com a redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000, art. 1º)

SERVIDÃO AMBIENTAL EXIGÊNCIA DO ADA

100 É exigido o ADA para excluir as áreas de servidão ambiental da incidência do ITR?

Sim. Para exclusão das áreas de servidão ambiental da incidência do ITR é necessário que o contribuinte apresente o ADA ao Ibama.

(Lei nº 6.938, de 1981, art. 9º-A, acrescentado pela Lei nº 11.284, de 2006, e art. 17-O, § 1º, com a redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000, art. 1º)

SERVIDÃO AMBIENTAL AVERBAÇÃO

101 Há necessidade de averbar no cartório de registro de imóveis as áreas de servidão ambiental?

Sim. As áreas de servidão ambiental devem estar averbadas no cartório de registro de imóveis competente na data de ocorrência do fato gerador (1º de janeiro de 2007).

(Lei nº 6.938, de 1981, art. 9º-A, acrescentado pela Lei nº 11.284, de 2006)

SERVIDÃO AMBIENTAL POSSE

102 O possuidor pode constituir servidão ambiental em áreas de posse?

O possuidor não pode constituir área de servidão ambiental. As áreas de servidão ambiental devem estar averbadas no registro de imóveis competente, na data de ocorrência do fato gerador, logo, a constituição de servidão ambiental pressupõe a titulação de propriedade do imóvel rural.

COBERTA POR FLORESTAS NATIVAS DEFINIÇÃO

103 O que são áreas cobertas por florestas nativas?

São áreas cobertas por florestas nativas aquelas nas quais o proprietário protege as florestas nativas, primárias ou secundárias em estágio médio ou avançado de regeneração, onde o proprietário conserva a vegetação primária – de máxima expressão local, com grande diversidade biológica, e mínimos efeitos de ações humanas, bem como a vegetação secundária – resultante dos processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação primária por ações humanas ou causas naturais.

(Lei nº 11.428, de 2006)

COMPOSIÇÃO

104 Como se compõe a área tributável do imóvel rural?

Área tributável é composta pela área total do imóvel, excluídas as áreas:

I - de preservação permanente;

II - de reserva legal;

III - de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN);

IV - de interesse ecológico, assim declaradas mediante ato do órgão competente, federal ou estadual, que sejam:

a) destinadas à proteção dos ecossistemas e que ampliem as restrições de uso previstas para as áreas de preservação permanente e de reserva legal; e

b) comprovadamente imprestáveis para a atividade rural.

V - de servidão florestal;

VI - de servidão ambiental;

VII - cobertas por florestas nativas, primárias ou secundárias em estágio médio ou avançado de regeneração.

(Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal, arts. 2º, 3º, 16 e 44-A, com a redação dada pela Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989, art. 1º, e pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, arts. 1º e 2º; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 9º-A, acrescentado pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006; Lei nº 9.393, de 1996, art. 10, § 1º, II, com a redação dada pela Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, art. 21; Decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996; RITR/2002, art. 10; IN SRF nº 256, de 2002, art. 9º)

INUNDAÇÕES SISTEMÁTICAS

105 Como declarar um imóvel cuja área possa ser utilizada para atividades agropecuárias ou extrativas somente durante alguns meses do ano, devido a inundações sistemáticas (caso comum no Pantanal sul-mato-grossense)?

Os imóveis que sofrem inundações sistemáticas, situados no Pantanal, devem ser declarados normalmente. Estas áreas têm tratamento diferenciado no que concerne à aplicação dos índices de lotação por zona de pecuária e dos índices de rendimento por produto objeto de exploração extrativa.

(IN SRF nº 256, de 2002, anexos I e II)

DEFINIÇÃO

106 Quais parcelas do imóvel rural devem ser informadas na DITR como área aproveitável?

Área aproveitável é a área total do imóvel, excluídas:

I - as áreas não-tributáveis; e

II - as áreas ocupadas com benfeitorias úteis e necessárias destinadas à atividade rural.

Saliente-se que as áreas ocupadas com benfeitorias, construções e instalações empregadas diretamente na exploração de atividade granjeira ou aquícola não são excluídas da área aproveitável, por serem consideradas áreas utilizadas pela atividade rural.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 10, § 1º, IV; RITR/2002, art. 16; IN SRF nº 256, de 2002, art. 15)

BENFEITORIAS ÚTEIS E NECESSÁRIAS DESTINADAS À ATIVIDADE RURAL

107 Que áreas podem ser informadas, na DITR, como ocupadas por benfeitorias úteis e necessárias destinadas à atividade rural?

Podem ser declaradas como ocupadas por benfeitorias úteis e necessárias destinadas à atividade rural as áreas com:

I - casas de moradia, galpões para armazenamento, banheiros para gado, valas, silos, currais, açudes e estradas internas e de acesso;

II - edificações e instalações destinadas a atividades educacionais, recreativas e de assistência à saúde dos trabalhadores rurais;

III - instalações de beneficiamento ou transformação da produção agropecuária e de seu armazenamento; e

IV - outras instalações que se destinem a aumentar ou facilitar o uso do imóvel rural, bem assim a conservá-lo ou evitar que ele se deteriore.

(CC, art. 96; RITR/2002, art. 17; IN SRF nº 256, de 2002, art. 16)

ESTRADAS E VIAS PARTICULARES

108 As áreas correspondentes a estradas internas ou vias particulares podem ser excluídas da área aproveitável do imóvel?

Sim. As áreas correspondentes a estradas internas do imóvel rural e a estradas particulares que o atravessam (passagem forçada) são consideradas benfeitorias úteis e necessárias destinadas à atividade rural, podendo, assim, ser excluídas da área aproveitável do imóvel.

BENFEITORIAS NÃO EXCLUÍDAS

109 Quais as áreas construídas ou edificadas que não podem ser excluídas da área aproveitável do imóvel?

Não podem ser excluídas da área aproveitável do imóvel as áreas ocupadas com:

I - construções, instalações e benfeitorias destinadas ou empregadas, diretamente, na atividade granjeira e aquícola, por serem consideradas utilizadas; e

II - edificações, construções, instalações e benfeitorias não destinadas à atividade rural.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 10, § 1º, V, “d”; RITR/2002, arts. 18, IV, e 29, I; IN SRF nº 256, de 2002, arts. 15, parágrafo único, e 30, I)

BENFEITORIAS E CONSTRUÇÕES

110 Benfeitorias e construções significam a mesma coisa, para a legislação do ITR?

Benfeitorias e construções, para efeito do ITR, significam a mesma coisa. A expressão benfeitoria tem sentido amplo, compreendendo não só as benfeitorias propriamente ditas como também as construções.

BENFEITORIAS NÃO DESTINADAS À ATIVIDADE RURAL

111 As áreas com benfeitorias não destinadas à atividade rural são áreas aproveitáveis do imóvel?

Sim. São áreas aproveitáveis e são consideradas não-utilizadas pela atividade rural.

Deve-se ressaltar que as áreas ocupadas com edificações e instalações destinadas a atividades educacionais, recreativas e de assistência à saúde dos trabalhadores rurais são consideradas áreas ocupadas por benfeitorias úteis e necessárias destinadas à atividade rural.

COMPOSIÇÃO

112 Como é constituída a área aproveitável do imóvel?

A área aproveitável do imóvel rural é constituída pelas áreas:

I - utilizadas pela atividade rural; e

II - não-utilizadas pela atividade rural.

DEFINIÇÃO

113 O que se entende por área utilizada pela atividade rural?

Área efetivamente utilizada pela atividade rural é a porção da área aproveitável do imóvel que, no ano anterior ao de ocorrência do fato gerador do ITR, tenha:

I - sido plantada com produtos vegetais, ou permanecido em descanso para a recuperação do solo, desde que por recomendação técnica expressa de profissional legalmente habilitado, constante de laudo técnico;

II - servido de pastagem, nativa ou plantada, observados, quando aplicáveis, os índices de lotação por zona de pecuária, ou tenha sido ocupada com pastagens ainda em formação;

III - sido objeto de exploração extrativa, observados, quando aplicáveis, os índices de rendimento por produto e a legislação ambiental;

IV - servido para a exploração de atividade granjeira ou aquícola;

V - sido objeto de implantação de projeto técnico, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, desde que atendidas as condições previstas na legislação;

VI - comprovadamente se situado em área de ocorrência de calamidade pública, decretada pelo Poder Público local no ano anterior ao de ocorrência do fato gerador do ITR e reconhecida pelo Governo Federal, da qual tenha resultado frustração de safras ou destruição de pastagens; e

VII - sido oficialmente destinada à execução de atividades de pesquisa e experimentação que objetivem o avanço tecnológico da agricultura.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 10, § 1º, V, e § 6º; RITR/2002, art. 18; IN SRF nº 256, de 2002, arts. 17 e 18)

ÉPOCA DE REFERÊNCIA

114 As áreas utilizadas do imóvel rural devem se referir a que época do ano, para efeito de apuração do ITR?

Para apuração do ITR, as áreas utilizadas do imóvel rural devem levar em conta os dados relativos à utilização no ano anterior ao de ocorrência do fato gerador.

AQUISIÇÃO APÓS O FATO GERADOR

115 Como fazer a distribuição das áreas utilizadas no ano anterior ao de ocorrência do fato gerador, no caso de aquisição de imóvel ou anexação de área entre 1º de janeiro e a data da efetiva entrega da declaração?

O adquirente deve informar na declaração os dados relativos à efetiva utilização da área adquirida, no ano anterior ao de ocorrência do fato gerador, caso esta ainda não haja sido declarada pelo alienante.

Se o adquirente não tem conhecimento dos dados, deverá obtê-los com o alienante; se não for possível, deverá declarar de acordo com os elementos auferidos ou colhidos nas inspeções ou diligências que efetuou no imóvel ou área em questão.

ARRENDAMENTO, COMODATO E PARCERIA

116 As áreas do imóvel exploradas por contrato de arrendamento, comodato ou parceria podem ser declaradas como utilizadas?

Sim. O contribuinte poderá valer-se dos dados sobre a área utilizada e respectiva produção, fornecidos

pelo arrendatário, comodatário ou parceiro, quando o imóvel, ou parte dele, estiver sendo explorado por contrato de arrendamento, comodato ou parceria. As áreas objeto de tais contratos deverão ser declaradas conforme a sua efetiva utilização no ano anterior ao de ocorrência do fato gerador do ITR.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 10, § 4º; RITR/2002, art. 19; IN SRF nº 256, de 2002, art. 19)

ÁREAS PLANTADAS COM PRODUTOS VEGETAIS

DEFINIÇÃO

117 O que é área plantada com produtos vegetais?

Área plantada com produtos vegetais é a porção do imóvel explorada com culturas temporárias ou permanentes, inclusive com reflorestamentos de essências exóticas ou nativas, destinadas a consumo próprio ou comércio.

ÁREAS PLANTADAS COM PRODUTOS VEGETAIS

MOMENTO EM QUE É CONSIDERADA PLANTADA

118 A área do imóvel rural pode ser considerada plantada no momento do lançamento da semente ao solo ou da colocação da muda na cova, mesmo que a semente não germine ou a muda não cresça?

A plantação é considerada no momento do plantio da semente ou da muda. O fato de a semente ou de a muda não terem se desenvolvido não significa que a área não tenha sido efetivamente utilizada, pois a frustração de safra independe do estágio de desenvolvimento da cultura.

ÁREAS PLANTADAS COM PRODUTOS VEGETAIS

FLORESTAS PLANTADAS

119 As florestas plantadas no imóvel rural, destinadas ao corte para produção de carvão, devem ser informadas em que campo da DITR?

As florestas plantadas no imóvel rural, destinadas ao corte para produção de carvão, devem ser informadas como área plantada com produtos vegetais.

ÁREAS PLANTADAS COM PRODUTOS VEGETAIS

FORRAGEIRA DE CORTE - COMERCIALIZAÇÃO

120 Como deve ser informada a área efetivamente utilizada com a produção de forrageira de corte para comercialização?

A área efetivamente utilizada com a produção de forrageira de corte para comercialização deve ser informada como área plantada com produtos vegetais.

ÁREAS PLANTADAS COM PRODUTOS VEGETAIS

VÁRIAS SAFRAS

121 Como será calculada a área utilizada pela atividade rural com produtos vegetais no caso de cultivo de várias safras, do mesmo ou de diversos produtos, na mesma área do imóvel, durante o mesmo ano civil?

No caso de mais de um cultivo no ano, com um ou mais produtos, na mesma área, considera-se efetivamente utilizada a maior área cultivada no ano considerado.

(Lei nº 8.629, de 1993, art. 6º, § 5º; RITR/2002, art. 22; IN SRF nº 256, de 2002, art. 22)

ÁREA UTILIZADA

ÁREAS PLANTADAS COM PRODUTOS VEGETAIS CONSÓRCIO OU INTERCALAÇÃO DE CULTURAS

122 Como será calculada a área utilizada com produtos vegetais havendo consórcio ou intercalação de culturas?

Para cálculo da área utilizada pela atividade rural, no caso de consórcio ou intercalação de culturas, considera-se efetivamente utilizada a área total do consórcio ou intercalação.

(Lei nº 8.629, de 1993, art. 6º, § 4º; RITR/2002, art. 21; IN SRF nº 256, de 2002, art. 21)

ÁREAS PLANTADAS COM PRODUTOS VEGETAIS ÁREA EM DESCANSO

123 Como declarar a área do imóvel rural em descanso?

A área do imóvel rural em descanso para a recuperação do solo pode ser declarada como área utilizada desde que exista laudo técnico de que conste expressamente recomendação para que aquela área específica seja mantida em descanso, ou submetida a processo de recuperação. Não existindo recomendação técnica escrita, firmada por profissional legalmente habilitado, qualquer área aproveitável do imóvel mantida em descanso, ou submetida a processo de recuperação, será considerada área não-utilizada.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 18, III)

ÁREA COM REFLORESTAMENTO ESSÊNCIAS EXÓTICAS - DEFINIÇÃO

124 O que são essências exóticas, para efeito do ITR?

Consideram-se essências exóticas, para efeito do ITR, as espécies florestais originárias de região fitogeográfica diversa daquela em que se localiza o imóvel rural.

Exemplo: a espécie florestal mogno, que tem como região fitogeográfica o norte do Brasil (considerada espécie nativa nessa região), quando utilizada no reflorestamento de imóvel rural situado no sul do País, constitui espécie exótica, pois não é originária desta região fitogeográfica.

ÁREA COM REFLORESTAMENTO ESSÊNCIAS EXÓTICAS - FINS COMERCIAIS

125 Áreas plantadas com essências exóticas (acácia negra, eucalipto, pinus) para fins industriais ou comerciais devem ser informadas como área com reflorestamento?

Sim. As áreas cultivadas com espécies arbóreas exóticas devem ser informadas como área com reflorestamento.

ÁREA COM REFLORESTAMENTO ESSÊNCIAS NATIVAS - DEFINIÇÃO

126 O que são essências nativas, para efeito do ITR?

Consideram-se essências nativas, para efeito do ITR, as espécies florestais originárias da região fitogeográfica em que se localiza o imóvel rural.

Exemplo: a espécie florestal araucária (pinheiro brasileiro), cuja região fitogeográfica é o sul do Brasil, quando utilizada no reflorestamento de imóvel rural situado no sul do País, constitui espécie nativa, pois é originária desta região fitogeográfica.

ÁREA COM REFLORESTAMENTO

ESSÊNCIAS NATIVAS - FINS COMERCIAIS

127 Como devem ser informadas as áreas plantadas com essências nativas para fins industriais ou comerciais?

As áreas cultivadas com essências arbóreas nativas devem ser informadas como área com reflorestamento.

ÁREA SERVIDA DE PASTAGEM

DEFINIÇÃO

128 O que é área servida de pastagem?

Área servida de pastagem é aquela ocupada por pastos naturais, melhorados ou plantados, e por forrageiras de corte que tenha, efetivamente, sido utilizada para alimentação de animais de grande e médio porte, observados os índices de lotação por zona de pecuária, estabelecidos de acordo com o município de localização do imóvel.

Quanto à pastagem em formação, ver pergunta 139.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 10, § 1º, V, "b"; RITR/2002, arts. 18, II, e 24; IN SRF nº 256, de 2002, art. 17, II, e 24)

ÁREA SERVIDA DE PASTAGEM

ÍNDICE DE LOTAÇÃO - CONCEITO

129 O que é índice de lotação por zona de pecuária?

O índice de lotação por zona de pecuária é o número mínimo de cabeças que devem ser mantidas em determinada área de pastagem, calculado pela relação entre a quantidade média do rebanho dividida pela área necessária para sua alimentação (pasto, capineira, silagem ou feno) em determinada região do País.

Exemplo: Em um imóvel rural cujo índice de lotação seja de 1,20, para cada hectare de área de pastagem o produtor tem possibilidade de alimentar 1,20 animal durante o ano. Se o produtor possui uma quantidade média de 1.200 animais durante o ano, necessita de 1.000 hectares para alimentá-los. Caso o produtor declare que utiliza 2.000 hectares para isto, conclui-se que esta área está sendo sub-utilizada, ou seja, a quantidade média de animais mantida naquela área de 2.000 hectares é muito menor do que aquela que a área seria capaz de alimentar.

ÁREA SERVIDA DE PASTAGEM

ÍNDICE DE LOTAÇÃO - UTILIZAÇÃO

130 Para que serve o índice de lotação por zona de pecuária?

O índice de lotação por zona de pecuária serve para medir a eficiência na exploração da atividade pecuária. Ele permite estabelecer o número mínimo de cabeças que deve ser mantido em determinada área a fim de que ela não seja considerada sub-utilizada. O índice, por esse motivo, varia significativamente conforme as características da região a que se refere (características climáticas, de solo etc.).

Exemplo: Um índice de lotação mínima de 1,20 indica que em cada hectare de área de pastagem o produtor tem possibilidade de alimentar 1,20 animal durante o ano. Evidentemente, as características da região em que se localiza o imóvel cujo índice seja de 1,20 fazem com que ela tenha a produtividade muito superior à de uma região em que o índice seja, por exemplo, de 0,35. A produtividade, na primeira área, somente será considerada satisfatória se existir uma quantidade média de pelo menos 120 cabeças durante o ano para cada 100 hectares. Diversamente, a segunda área será considerada satisfatoriamente produtiva com apenas 35 cabeças durante o ano para cada 100 hectares. Resumidamente, quanto menor o índice, maior será a área teoricamente necessária para garantir a alimentação do mesmo número de animais, ou seja, quanto menor o índice, menor a produtividade potencial do imóvel.

ÁREA SERVIDA DE PASTAGEM ÍNDICE DE LOTAÇÃO - DISPENSA

131 Quais os imóveis dispensados de aplicação do índice de lotação por zona de pecuária?

Estão dispensados da aplicação do índice de lotação por zona de pecuária:

I - os imóveis rurais com área inferior a:

- a) mil hectares, se localizados em municípios compreendidos na Amazônia Ocidental ou no Pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense;
- b) quinhentos hectares, se localizados em municípios compreendidos na Amazônia Oriental ou no Polígono das Secas;
- c) duzentos hectares, se localizados em qualquer outro município;

II - as áreas ocupadas por pastagens em formação; e

III - as áreas objeto de implantação de projeto técnico, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, desde que atendidas as condições previstas na legislação.

Os imóveis sujeitos à aplicação de índice de lotação por zona de pecuária podem ter as áreas não sujeitas a índices.

Ver perguntas 218 a 221.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 10, § 3º; RITR/2002, arts. 18, V, e 24, parágrafo único; IN SRF nº 256, de 2002, arts. 17, V, 18, IV, e 24, § 3º)

ÁREA SERVIDA DE PASTAGEM CÁLCULO DO GU - SUJEITA A ÍNDICE

132 Qual a área que se considera servida de pastagem, para cálculo do grau de utilização de imóvel sujeito a índice de lotação?

Para fins de cálculo do grau de utilização do imóvel rural sujeito a índice de lotação, considera-se área servida de pastagem a menor entre a efetivamente utilizada pelo contribuinte e a obtida pelo quociente entre a quantidade de cabeças do rebanho ajustada e o índice de lotação por zona de pecuária.

(RITR/2002, art. 25; IN SRF nº 256, de 2002, art. 25)

ÁREA SERVIDA DE PASTAGEM CÁLCULO DO GU - NÃO SUJEITA A ÍNDICE

133 Estando o imóvel dispensado da aplicação de índices, qual a área que se considera servida de pastagem, para cálculo do grau de utilização?

Caso o imóvel rural esteja dispensado da aplicação de índices de lotação por zona de pecuária considera-se área servida de pastagem a área efetivamente utilizada pelo contribuinte para tais fins.

(Lei nº 8.629, de 1993, art. 6º, § 6º; RITR/2002, art. 26; IN SRF nº 256, de 2002, art. 25, § 2º)

ÁREA SERVIDA DE PASTAGEM ÍNDICES A SEREM UTILIZADOS

134 Quais são os índices de lotação por zona de pecuária a serem utilizados?

Aplicam-se, até ulterior ato em contrário, os índices constantes no Anexo I à Instrução Normativa SRF nº 256, de 11 de dezembro de 2002.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 24, § 2º)

ÁREA SERVIDA DE PASTAGEM QUANTIDADE DE REBANHO AJUSTADA

135 Como se obtém a quantidade de cabeças do rebanho ajustada?

A quantidade de cabeças do rebanho ajustada é obtida pela soma da quantidade média de cabeças de animais de grande porte e da quarta parte da quantidade média de cabeças de animais de médio porte existentes no imóvel.

Procedimento:

Primeiro => classificar e contar os animais do rebanho em duas categorias:

I - grande porte: bovino, bufalino, eqüino, asinino e muar, dentre outros, de qualquer idade e sexo;

II - médio porte: ovino e caprino, dentre outros, de qualquer idade e sexo.

Segundo => determinar a quantidade média de cabeças de animais por categoria (média anual). A quantidade média de cabeças de animais é o somatório da quantidade de cabeças existente a cada mês do ano, por categoria, dividido sempre por 12 (doze).

Terceiro => determinar a quantidade de cabeças do rebanho ajustada por categoria:

I - grande porte: a quantidade de cabeças do rebanho ajustada é o resultado da multiplicação da quantidade média de cabeças de animais de grande porte pelo fator 1,0 (um inteiro);

II - médio porte: a quantidade de cabeças do rebanho ajustada é o resultado da multiplicação da quantidade média de cabeças de animais de médio porte pelo fator 0,25 (vinte e cinco centésimos).

Quarto => somar as quantidades de cabeças do rebanho ajustadas de animais de grande e médio porte.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 25, *caput* e § 2º)

ÁREA SERVIDA DE PASTAGEM QUANTIDADE MÉDIA DE CABEÇAS DE ANIMAIS

136 Como se obtém a quantidade média de cabeças de animais?

A quantidade média de cabeças de animais é o somatório da quantidade de cabeças existente a cada mês dividido sempre por doze, independentemente do número de meses em que tenham existido animais no imóvel.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 25, II)

ÁREA SERVIDA DE PASTAGEM ANIMAIS DE MÉDIO PORTE

137 O que se considera animais de médio porte?

Consideram-se animais de médio porte, dentre outros, os ovinos e caprinos, independentemente de idade ou sexo.

(RITR/2002, art. 25, parágrafo único; IN SRF nº 256, de 2002, art. 25, § 1º)

ÁREA SERVIDA DE PASTAGEM ANIMAIS DE GRANDE PORTE

138 O que se considera animais de grande porte?

Consideram-se animais de grande porte, dentre outros, os bovinos, bufalinos, eqüinos, asininos e muares, independentemente de idade ou sexo.

(RITR/2002, art. 25, parágrafo único; IN SRF nº 256, de 2002, art. 25, § 1º)

ÁREA UTILIZADA

PASTAGENS EM FORMAÇÃO

139 Como deve ser declarada a área do imóvel rural ocupada por pastagens ainda em formação?

A área do imóvel rural ocupada por pastagens ainda em formação deve ser declarada como área utilizada, estando, contudo, sujeita a comprovação em procedimento fiscal.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 18, IV)

ÁREA DE EXPLORAÇÃO EXTRATIVA

DEFINIÇÃO

140 O que é área objeto de exploração extrativa?

Área objeto de exploração extrativa é aquela servida para a atividade de extração e coleta de produtos vegetais nativos, não plantados, inclusive a exploração madeireira de florestas nativas, observados a legislação ambiental e os índices de rendimento por produto.

(RITR/2002, art. 27; IN SRF nº 256, de 2002, art. 26)

ÁREA DE EXPLORAÇÃO EXTRATIVA

MATAS E FLORESTAS NATIVAS

141 As matas e florestas nativas do imóvel rural, destinadas ao corte para produção de carvão devem ser informadas em que campo da DITR?

As matas e florestas nativas do imóvel rural, ou seja, aquelas não plantadas pelo homem, destinadas ao corte para produção de carvão, devem ser declaradas como área objeto de exploração extrativa.

ÁREA DE EXPLORAÇÃO EXTRATIVA

ÍNDICE DE RENDIMENTO POR PRODUTO - CONCEITO

142 O que é índice de rendimento por produto?

O índice de rendimento por produto expressa a quantidade mínima de produto que potencialmente pode ser extraída em cada hectare de uma área objeto de exploração extrativa. É a quantidade mínima que deve ser colhida em cada hectare de área utilizada com a atividade de exploração extrativa de um determinado produto.

ÁREA DE EXPLORAÇÃO EXTRATIVA

ÍNDICE DE RENDIMENTO POR PRODUTO - UTILIZAÇÃO

143 Para que serve o índice de rendimento por produto?

O índice de rendimento por produto serve para medir a eficiência na exploração da atividade extrativa. Ele permite definir a quantidade mínima de produto que deve ser obtida de determinada área objeto de exploração extrativa; abaixo daquela quantidade de produto, a área será considerada sub-utilizada, ou seja, a produção extrativa potencial daquela área, para aquele produto, é superior à produção que está sendo efetivamente obtida.

ÁREA DE EXPLORAÇÃO EXTRATIVA

ÍNDICE DE RENDIMENTO POR PRODUTO - DISPENSA I

144 Quais os imóveis dispensados de aplicação dos índices de rendimento por produto?

Estão dispensados da aplicação dos índices de rendimento por produto:

I - os imóveis rurais com área inferior a:

- a) mil hectares, se localizados em municípios compreendidos na Amazônia Ocidental ou no Pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense;
- b) quinhentos hectares, se localizados em municípios compreendidos na Amazônia Oriental ou no Polígono das Secas;
- c) duzentos hectares, se localizados em qualquer outro município.

II - as áreas do imóvel exploradas mediante plano de manejo sustentado, desde que aprovado pelo Ibama até 31 de dezembro do ano anterior ao de ocorrência do fato gerador do ITR, cujo cronograma esteja sendo cumprido pelo contribuinte.

Os imóveis sujeitos à aplicação dos índices de rendimentos por produto podem ter áreas não sujeitas a índices.

Ver perguntas 218 a 221.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 10, § 3º; RITR/2002, arts. 27, parágrafo único, e 28, § 2º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 26, §§ 2º a 4º)

ÁREA DE EXPLORAÇÃO EXTRATIVA CÁLCULO DO GU - SUJEITA A ÍNDICE

145 Qual a área que se considera objeto de exploração extrativa, para cálculo do grau de utilização de produto sujeito a índice de rendimentos?

Para fins de cálculo do grau de utilização do imóvel rural, considera-se área objeto de exploração extrativa a menor entre o somatório das áreas declaradas com cada produto da atividade extrativa e o somatório dos quocientes entre a quantidade extraída de cada produto declarado e o respectivo índice de rendimento.

(RITR/2002, art. 28; IN SRF nº 256, de 2002, art. 27, § 1º)

ÁREA DE EXPLORAÇÃO EXTRATIVA CÁLCULO DO GU - NÃO SUJEITA A ÍNDICE

146 Na ausência de índice de rendimento para determinado produto vegetal ou florestal extrativo, qual a área considerada como efetivamente utilizada?

Na ausência de índice de rendimento para determinado produto vegetal ou florestal extrativo, considera-se área de exploração extrativa, para fins de cálculo do grau de utilização, a área efetivamente utilizada pelo contribuinte na sua exploração.

(Lei nº 8.629, de 1993, art. 6º, § 6º; RITR/2002, art. 28, § 1º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 27, § 2º)

ÁREA DE EXPLORAÇÃO EXTRATIVA ÍNDICES A SEREM UTILIZADOS

147 Quais são os índices de rendimentos por produto a serem utilizados?

Aplicam-se, até ulterior ato em contrário, os índices constantes no Anexo II à Instrução Normativa nº 256, de 11 de dezembro de 2002.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 26, § 1º)

ATIVIDADE GRANJEIRA OU AQUÍCOLA

DEFINIÇÃO

148 Quais as áreas consideradas como utilizadas para exploração de atividade granjeira ou aquícola?

Consideram-se utilizadas para a exploração de atividade granjeira ou aquícola as áreas ocupadas com benfeitorias, construções e instalações destinadas ou empregadas diretamente na criação, dentre outros, de suínos, coelhos, bichos-da-seda, abelhas, aves, peixes, crustáceos, répteis e anfíbios. No caso da criação de avestruzes ou emas, além da área de benfeitorias, poderá também ser enquadrada como utilizada pela atividade rural a totalidade da área efetivamente utilizada para a criação destes animais.

(RITR/2002, art. 18, § 1º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 28)

ATIVIDADE GRANJEIRA OU AQUÍCOLA

ABELHA, EMA E AVESTRUZ

149 A criação de abelhas, emas ou avestruzes é considerada como atividade granjeira ou aquícola. Assim sendo, qual é a área do imóvel rural a ser considerada utilizada pela atividade rural no caso de apicultura (criação de abelhas)? E no caso de emas ou de avestruzes, qual é a área a ser considerada utilizada pela atividade rural?

Na apicultura, somente a área ocupada com as benfeitorias úteis e necessárias destinadas à exploração da atividade (por ex.: barracão para processamento do mel) é considerada área utilizada pela atividade rural.

No caso de criação de emas ou avestruzes, como não existe índice de lotação para atividades granjeiras ou aquícolas, será considerada como área utilizada pela atividade rural, no caso por “atividade granjeira ou aquícola”, a totalidade da área efetivamente ocupada com a criação.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 28, parágrafo único)

PROJETO TÉCNICO

REQUISITOS

150 Quais os requisitos exigidos para que a área total objeto de implantação de projeto técnico seja considerada utilizada?

Para que a área total objeto de implantação de projeto técnico seja considerada como área utilizada é necessário que o projeto seja reconhecido e aprovado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e atenda aos seguintes requisitos:

I - seja elaborado por profissional legalmente habilitado e identificado;

II - esteja cumprindo o cronograma físico-financeiro originalmente previsto;

III - preveja que no mínimo oitenta por cento da área total aproveitável do imóvel esteja utilizada pela atividade rural em, no máximo, três anos para as culturas temporárias e cinco anos para as culturas permanentes; e

IV - tenha sido aprovado pelo órgão federal competente até 31 de dezembro do ano anterior ao de ocorrência do fato gerador do ITR.

(Lei nº 8.629, de 1993, art. 7º, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, art. 4º; Lei nº 9.393, de 1996, art. 10, § 1º, V, “e”; IN SRF nº 256, de 2002, art. 29)

PROJETO TÉCNICO

PRAZO PARA APROVAÇÃO

151 Até que data o projeto técnico deve ser aprovado?

Para que a área total objeto de implantação de projeto técnico seja considerada como área utilizada é necessário que o projeto seja aprovado pelo órgão federal competente até 31 de dezembro do ano anterior ao de ocorrência do fato gerador do ITR.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 29, IV)

PROJETO TÉCNICO

PRAZO PARA UTILIZAÇÃO

152 É necessário que toda a área aproveitável do imóvel esteja utilizada pela atividade rural para que a área total objeto de implantação de projeto técnico seja considerada como área utilizada?

Não. Para que a área total objeto de implantação de projeto técnico seja considerada como área utilizada é necessário que, no mínimo, oitenta por cento da área total aproveitável do imóvel esteja efetivamente utilizada pela atividade rural em, no máximo, três anos para as culturas temporárias e cinco anos para as culturas permanentes.

Estes prazos poderão ser prorrogados em até cinquenta por cento, desde que o projeto receba, anualmente, a aprovação do órgão competente.

(Lei nº 8.629, de 1993, art. 7º, parágrafo único; IN SRF nº 256, de 2002, art. 29, III e § 1º)

PROJETO TÉCNICO

ÁREA UTILIZADA

153 No caso de utilização dos oitenta por cento da área total aproveitável do imóvel, dentro dos prazos para isso fixados, qual percentual da área objeto de implantação do projeto técnico será considerada como utilizada?

No caso de utilização dos oitenta por cento da área total aproveitável do imóvel, dentro dos prazos previstos, considera-se efetivamente utilizada a área total do projeto técnico.

Neste caso não se aplicarão, para a área de pastagem, os índices de lotação por zona de pecuária.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 29, § 2º)

PROJETO TÉCNICO

REQUISITOS NÃO ATENDIDOS

154 Se o projeto técnico não estiver atendendo aos requisitos estabelecidos, como deverá ser declarada a área objeto de implantação de projeto técnico?

Se o projeto técnico não estiver atendendo aos requisitos estabelecidos, a respectiva área deverá ser declarada de acordo com a sua real utilização.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 29, § 3º)

PROJETO TÉCNICO

ENCERRAMENTO

155 Como deve ser declarada a área depois de encerrado o prazo de implantação do projeto técnico?

Encerrado o prazo de implantação do projeto técnico as áreas deverão ser declaradas conforme sua utilização no ano anterior ao de ocorrência do fato gerador.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 29, § 4º)

CALAMIDADE PÚBLICA

DEFINIÇÃO

156 O que é estado de calamidade pública, para efeito do ITR?

O estado de calamidade pública, para efeito do ITR, é o reconhecimento pela autoridade local, por decreto, com aprovação do Governo Federal, dos danos sofridos pelo município, em decorrência de evento adverso de grande magnitude, do qual tenha decorrido frustração de safras ou destruição de pastagens.

CALAMIDADE PÚBLICA

REQUISITOS

157 Quais as condições exigidas para que uma área aproveitável situada em área de calamidade pública seja considerada utilizada pela atividade rural?

No caso de calamidade pública, para que a área aproveitável do imóvel seja considerada efetivamente utilizada pela atividade rural, é necessário:

I - que esteja, comprovadamente, situada em área de calamidade pública;

II - que o estado de calamidade pública tenha sido decretado pelo Poder Público local no ano anterior ao de ocorrência do fato gerador do ITR e reconhecido pelo Governo Federal; e

III - que tenha sofrido frustração de safras ou destruição de pastagens em decorrência do evento motivador da decretação do estado de calamidade pública.

CALAMIDADE PÚBLICA

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

158 Há diferença entre situação de emergência e estado de calamidade pública, para efeito do ITR?

Sim. Ocorre situação de emergência quando os danos causados pelo evento adverso são importantes e os prejuízos vultosos, mas suportáveis e superáveis pela comunidade afetada; já no estado de calamidade pública, os danos provocados pelo evento adverso devem ser excepcionais.

Quando um município é atingido por um evento adverso de grande magnitude, por exemplo, prolongada estiagem, inundações, granizo, vendaval, abalo sísmico etc., dependendo da intensidade ou gravidade dos danos, o prefeito pode decretar situação de emergência ou estado de calamidade pública.

CALAMIDADE PÚBLICA

DECRETADA PELO PREFEITO

159 A decretação de estado de calamidade pública pelo Prefeito do Município 'X' em um determinado ano tem valor para efeito de apuração do ITR na DITR do ano seguinte?

Para efeito de apuração do ITR, tem valor o estado de calamidade pública decretado pelo Prefeito do Município 'X' no ano anterior ao exercício de que trata a declaração, desde que tenha sido reconhecido pelo Governo Federal e tenha havido, comprovadamente, destruição de pastagens e plantações ou frustração de safra ou colheita em decorrência do evento motivador da decretação do estado de calamidade pública.

CALAMIDADE PÚBLICA

ANÁLISE DO DECRETO

160 O que deve ser observado no decreto no qual o prefeito decreta o estado de calamidade pública?

Para que o decreto municipal tenha efeito em relação ao ITR, é imprescindível que sejam verificados os seguintes itens:

I - se foi reconhecido pelo Governo Federal;

II - a identificação da data de decretação do estado de calamidade pública pelo executivo municipal;

É necessário que tenha sido decretado o estado de calamidade pública no ano anterior ao de ocorrência do fato gerador a que se refere a declaração. Para efeito de apuração do ITR na DITR 2007, serão considerados apenas os dados de utilização do imóvel do ano civil anterior (1º de janeiro a 31 de dezembro de 2006). Logo, para efeito da DITR 2007, somente será considerado o estado de calamidade pública decretado no ano civil de 2006.

III - o período de vigência do decreto;

Para efeito da DITR 2007, somente será considerado o estado de calamidade pública vigente no ano civil de 2006.

IV - as áreas abrangidas pelo decreto;

Para efeito de apuração do imposto, serão considerados apenas os imóveis, comprovadamente, situados na região abrangida pelo decreto.

V - os motivos determinantes de sua expedição.

O decreto de calamidade pública, para efeito do ITR, somente terá valor se os motivos que determinaram sua expedição forem pertinentes à frustração de safras ou destruição de pastagens.

CALAMIDADE PÚBLICA

APURAÇÃO DO ITR

161 Todas as áreas rurais de determinado município foram atingidas por seca prolongada no ano anterior ao da ocorrência do fato gerador do ITR; houve destruição das pastagens e das plantações; houve frustração da safra agrícola e da colheita. O prefeito municipal decretou estado de calamidade pública até 31 de dezembro do ano anterior ao de ocorrência do fato gerador. Neste caso, o imóvel rural situado nesse município está obrigado a apurar o ITR? Como calcular o grau de utilização?

Sim, o imóvel está obrigado à apuração do ITR, uma vez que a ocorrência de calamidade pública não implica dispensa do pagamento do imposto. Para calcular o grau de utilização, observe que, com o reconhecimento de estado de calamidade pública pelo Poder Público Federal, as áreas do imóvel rural atingidas pela calamidade, desde que dela tenha resultado frustração de safras ou destruição de pastagens, serão declaradas como “área utilizada pela atividade rural”. As áreas aproveitáveis do imóvel rural que não se incluam na área reconhecida como objeto de calamidade, bem assim as áreas em que não tenha havido destruição de pastagens ou frustração de safras (seja porque eram áreas inexploradas, seja por haverem as culturas ou pastagens resistido às intempéries) deverão ser declaradas conforme sua efetiva utilização.

ÁREA NÃO-UTILIZADA

DEFINIÇÃO

162 O que é área não-utilizada?

Área não-utilizada pela atividade rural é a área composta pelas parcelas da área aproveitável do imóvel que, no ano anterior ao de ocorrência do fato gerador do ITR, não tenham sido objeto de qualquer exploração, ou tenham sido utilizadas para fins diversos da atividade rural, tais como:

I - áreas ocupadas por benfeitorias não enquadradas como úteis ou necessárias destinadas à atividade rural;

II - áreas ocupadas por jazidas ou minas, exploradas ou não;

III - áreas imprestáveis para a atividade rural, não declaradas de interesse ecológico por ato do órgão competente;

IV - a área correspondente à diferença positiva entre as áreas declaradas como servidas de pastagem e as áreas aceitas como servidas de pastagem, utilizadas para o cálculo do grau de utilização do imóvel rural;

V - a área correspondente à diferença positiva entre as áreas declaradas de exploração extrativa e as áreas aceitas como de exploração extrativa, utilizadas para o cálculo do grau de utilização do imóvel rural;

VI - outras áreas que não tenham sido utilizadas na atividade rural.

(RITR/2002, art. 29; IN SRF nº 256, de 2002, art. 30)

CÁLCULO

163 Como calcular a área não-utilizada?

A área não-utilizada pela atividade rural é obtida pela soma da área aproveitável do imóvel:

I - que não tenha sido objeto de qualquer exploração;

II - que tenha sido utilizada para fins diversos da atividade rural;

III - correspondente à diferença positiva entre as áreas declaradas como servidas de pastagem e as áreas aceitas como servidas de pastagem, utilizadas para o cálculo do grau de utilização do imóvel rural; e

IV - correspondente à diferença positiva entre as áreas declaradas de exploração extrativa e as áreas aceitas como de exploração extrativa, utilizadas para o cálculo do grau de utilização do imóvel rural.

(RITR/2002, art. 30; IN SRF nº 256, de 2002, art. 30)

ÁREAS OCIOSAS

164 Como devem ser declaradas as áreas ociosas ou sem exploração?

As áreas ociosas ou sem exploração devem ser declaradas como áreas não-utilizadas pela atividade rural.

UTILIZADAS PARA FINS DIVERSOS

165 Como identificar quais as áreas aproveitáveis utilizadas para fins diversos da atividade rural?

As áreas aproveitáveis utilizadas para fins diversos da atividade rural são as áreas não-utilizadas com exploração agrícola, pecuária, granjeira, aquícola ou florestal, mas empregadas em exploração de outras atividades econômicas, tais como:

I - áreas ocupadas por benfeitorias não enquadradas como úteis ou necessárias destinadas à atividade rural;

II - áreas ocupadas por jazidas ou minas, exploradas ou não; e

III - áreas imprestáveis para a atividade rural, não declaradas de interesse ecológico por ato do órgão competente, e utilizadas na exploração de atividades econômicas não enquadráveis como atividade rural, como por exemplo as ocupadas com loteamento e condomínio residencial em área rural, *camping* e *pesque-pague*.

(RITR/2002, art. 29; IN SRF nº 256, de 2002, art. 30)

AQUISIÇÃO DE ÁREA NÃO-UTILIZADA

166 No caso de aquisição, entre 1º de janeiro e a data da efetiva entrega da DITR, de área não-utilizada no ano anterior ao de ocorrência do fato gerador, como o declarante deve informar os dados relativos à área adquirida?

Havendo aquisição, entre 1º de janeiro e a data da efetiva entrega da DITR, de área não-utilizada no ano anterior ao de ocorrência do fato gerador, o adquirente deve informá-la na sua declaração como área não-utilizada, caso ainda não haja sido declarada pelo alienante.

(RITR/2002, art. 29, parágrafo único; IN SRF nº 256, de 2002, art. 30, parágrafo único)

JAZIDAS E MINAS DECLARAÇÃO

167 Onde devem ser declaradas as áreas ocupadas por jazidas ou minas?

As áreas ocupadas por jazidas ou minas devem ser declaradas como áreas não-utilizadas pela atividade rural. A exploração mineral é uma atividade econômica não enquadrável como atividade rural.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 30, II)

JAZIDAS E MINAS DIFERENÇA

168 Qual a diferença entre jazida e mina?

A jazida é fenômeno geológico, da natureza, ao passo que a mina é o resultado da exploração da jazida.

JAZIDAS E MINAS ÁGUA MINERAL E ARGILA

169 Como deverá ser declarada a parte do imóvel que possui autorização do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM) para pesquisar água mineral e argila refratária?

A área deve ser declarada como área não-utilizada pela atividade rural, independentemente de ser uma jazida ou mina.

Para o ITR, a área utilizada é a ocupada por atividade agrícola, pecuária, extrativa, aquícola ou granjeira. Por este motivo, a área usada para pesquisar água mineral e argila refratária é considerada como não-utilizada pela atividade rural.

ÁREAS IMPRESTÁVEIS

170 Como devem ser declaradas as áreas imprestáveis que não são declaradas de interesse ecológico, tais como afloramentos rochosos, pedreiras, terrenos erodidos, desertos etc.?

As áreas imprestáveis não declaradas de interesse ecológico devem ser declaradas como não-utilizadas pela atividade rural.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 30, III)

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO

171 Qual a base de cálculo do ITR?

A base de cálculo do ITR é o Valor da Terra Nua Tributável (VTNT).

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 11; RITR/2002, arts. 32 e 33; IN SRF nº 256, de 2002, arts. 32 e 33)

CÁLCULO

172 Como se calcula o valor do ITR?

O valor do ITR a ser pago é obtido mediante a multiplicação do VTNT pela alíquota correspondente, considerados a área total e o grau de utilização (GU) do imóvel rural.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 11; RITR/2002, art. 35; IN SRF nº 256, de 2002, art. 35)

GRAU DE UTILIZAÇÃO (GU)

DEFINIÇÃO

173 O que é grau de utilização?

Grau de utilização é a relação percentual entre a área efetivamente utilizada pela atividade rural e a área aproveitável do imóvel rural; constitui critério, juntamente com a área total do imóvel rural, para a determinação das alíquotas do ITR.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 10, § 1º, VI; RITR/2002, art. 31; IN SRF nº 256, de 2002, art. 31)

GU

CÁLCULO

174 Como será calculado o GU do imóvel na hipótese de inexistência de área aproveitável, após deduzidas as áreas não-tributáveis e as áreas ocupadas com benfeitorias úteis e necessárias?

Na hipótese de inexistir área aproveitável após excluídas as áreas não-tributáveis e as áreas ocupadas com benfeitorias úteis e necessárias, serão aplicadas as alíquotas correspondentes aos imóveis rurais com grau de utilização superior a oitenta por cento, observada a área total do imóvel.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 11, § 1º; RITR/2002, art. 35, § 1º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 35, § 1º)

TERRA NUA

175 O que se entende por terra nua, para efeito do ITR?

Terra nua é o imóvel por natureza ou acessão natural, compreendendo o solo com sua superfície e a respectiva mata nativa, floresta natural e pastagem natural. A legislação do ITR adota o mesmo entendimento da legislação civil.

(CC, art. 79)

VALOR DA TERRA NUA (VTN)

DEFINIÇÃO

176 Como determinar o valor da terra nua, para efeito do ITR?

O Valor da Terra Nua (VTN) é o valor de mercado do imóvel, excluídos os valores de mercado relativos a:

I - construções, instalações e benfeitorias;

II - culturas permanentes e temporárias;

III - pastagens cultivadas e melhoradas;

IV - florestas plantadas.

(Lei nº 9.393, de 1996, arts. 8º, §§ 1º e 2º, e 10, §1º, I; RITR/2002, art. 32; IN SRF nº 256, de 2002, art. 32)

VTN

DATA DE REFERÊNCIA

177 O VTN é o valor de mercado do imóvel em que data?

O VTN refletirá o preço de mercado de terras, apurado em 1º de janeiro do ano a que se referir a DITR, e será considerado auto-avaliação da terra nua a preço de mercado.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 8º, § 2º; RITR/2002, art. 32, § 1º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 32, § 2º)

VTN

CÁLCULO

178 O contribuinte adquiriu neste exercício uma área de terra que nunca fora declarada pelo vendedor. Qual o valor a ser atribuído à terra nua deste imóvel?

O VTN é o preço de mercado da terra nua apurado em 1º de janeiro do ano a que se referir a DITR.

(Lei nº 9.393, de 1996, art.8º, § 2º; RITR/2002, art. 32, § 1º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 32, § 2º)

VTN

CONSTRUÇÕES, INSTALAÇÕES E BENFEITORIAS

179 O que se entende por construções, instalações e benfeitorias para efeito de exclusão do VTN?

Incluem-se no conceito de construções, instalações e benfeitorias, para efeito de exclusão do VTN, os prédios, depósitos, galpões, casas de trabalhadores, estábulos, currais, mangueiras, aviários, pocilgas e outras instalações para abrigo ou tratamento de animais, terreiros e similares para secagem de produtos agrícolas, eletrificação rural, captação de água subterrânea, abastecimento ou distribuição de águas, barragens, represas, tanques, cercas e, ainda, as benfeitorias não relacionadas com a atividade rural.

(RITR/2002, art. 32, § 2º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 32, § 3º)

VTN

ÁREA NÃO-TRIBUTÁVEL

180 As matas nativas, florestas naturais e pastagens naturais situadas em áreas não-tributáveis, devem ser computadas na determinação do VTN?

Sim. O VTN é o valor de mercado da área total do imóvel. A distinção entre área tributável e não-tributável não é considerada para fins de determinação do VTN, mas tão-somente para o cálculo do VTNT.

CÁLCULO DO IMPOSTO

VTN

UTILIZAÇÃO POR OUTROS IMPOSTOS

181 O valor da terra nua declarado será utilizado como parâmetro para apuração de outro tributo federal?

Sim. A partir de 1º de janeiro de 1997, o VTN declarado é utilizado para apuração de ganho de capital, no caso de alienação a qualquer título do imóvel rural, nos termos da legislação do imposto de renda.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 19)

VTN

DÍVIDA ATIVA

182 No caso de execução de dívida ativa decorrente de crédito tributário do ITR, qual a importância do VTN declarado?

No caso do imóvel rural arretado ou penhorado, na lavratura do termo ou auto de penhora, deverá ser observado, para efeito de avaliação, o VTN declarado.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 18, § 1º)

VTN

DESAPROPRIAÇÃO

183 No caso de desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária, qual a importância do VTN declarado?

O valor da terra nua para fins do depósito judicial, na hipótese de desapropriação do imóvel para reforma agrária, não poderá ser superior ao VTN declarado.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 22)

VALOR DA TERRA NUA TRIBUTÁVEL (VTNT)

184 Como se obtém o VTNT?

O Valor da Terra Nua Tributável (VTNT) é obtido mediante a multiplicação do VTN pelo quociente entre a área tributável e a área total do imóvel.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 10, § 1º, III; RITR/2002, art. 33; IN SRF nº 256, de 2002, art. 33)

ALÍQUOTAS

185 Qual a alíquota utilizada para cálculo do ITR?

A alíquota utilizada para cálculo do ITR é estabelecida para cada imóvel rural, com base em sua área total e no respectivo grau de utilização, conforme a seguinte tabela:

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL (em hectares)	GRAU DE UTILIZAÇÃO (GU) em percentual				
	Até 30	Maior que 30 até 50	Maior que 50 até 65	Maior que 65 até 80	Maior que 80
Até 50	1,00	0,70	0,40	0,20	0,03
Maior que 50 até 200	2,00	1,40	0,80	0,40	0,07
Maior que 200 até 500	3,30	2,30	1,30	0,60	0,10
Maior que 500 até 1.000	4,70	3,30	1,90	0,85	0,15
Maior que 1.000 até 5.000	8,60	6,00	3,40	1,60	0,30
Acima de 5.000	20,00	12,00	6,40	3,00	0,45

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 11, e Anexo; RITR/2002, art. 34; IN SRF nº 256, de 2002, art. 34)

VALOR DO IMPOSTO

CÁLCULO

186 Como é obtido o valor do imposto a ser pago?

O valor do imposto a ser pago é obtido mediante a multiplicação do VTNT pela alíquota correspondente, considerados a área total e o grau de utilização do imóvel rural.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 11; RITR/2002, art. 35; IN SRF nº 256, de 2002, art. 35)

VALOR DO IMPOSTO

VALOR MÍNIMO

187 Existe valor mínimo para o ITR?

Existe. Em nenhuma hipótese o valor do imposto devido será inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 11, § 2º; RITR/2002, art. 35, § 2º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 35, § 2º)

QUEM DEVE APURAR

188 Quem deve apurar o ITR?

A apuração do ITR deve ser efetuada pelo contribuinte ou responsável, independentemente de prévio procedimento da administração tributária, nos prazos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, sujeitando-se a homologação posterior.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 10)

DENOMINAÇÃO

189 Como se denomina a declaração anual do ITR?

A declaração anual do ITR denomina-se Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR).

(Lei nº 9.393, de 1996, arts. 6º e 8º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 36)

COMPOSIÇÃO

190 Qual a composição da DITR?

A DITR, correspondente a cada imóvel rural, é composta pelos seguintes documentos:

I - Documento de Informação e Atualização Cadastral do ITR (Diac);

II - Documento de Informação e Apuração do ITR (Diat).

(Lei nº 9.393, de 1996, arts. 6º e 8º; RITR/2002, art. 36; IN SRF nº 256, de 2002, art. 36)

OBRIGATORIEDADE DE ENTREGA

QUEM ESTÁ OBRIGADO

191 Quem está obrigado a entregar a DITR?

Está obrigado a entregar a DITR:

I - A pessoa física ou jurídica, inclusive imune ou isenta, que, na data da efetiva entrega da DITR, seja, em relação ao imóvel rural a ser declarado:

a) proprietária;

b) titular do domínio útil (enfiteuta ou foreira); ou

c) possuidora a qualquer título (inclusive a usufrutuária).

II - Em caso de imóvel rural em condomínio, qualquer um dos condôminos, na condição de condômino declarante.

III - A pessoa física ou jurídica que perdeu, entre 1º de janeiro de 2007 e a data da efetiva entrega da declaração:

a) a posse, pela imissão prévia do expropriante, em processo de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, inclusive para fins de reforma agrária;

b) o direito de propriedade pela transferência ou incorporação do imóvel rural ao patrimônio do expropriante, em decorrência de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, inclusive para fins de reforma agrária;

c) a posse ou a propriedade, em função de alienação ao Poder Público, inclusive às suas autarquias e fundações, e às instituições de educação e de assistência social imunes do imposto.

IV - A pessoa jurídica que recebeu o imóvel rural nos casos do item III.

V - O inventariante, enquanto não ultimada a partilha ou, se este não tiver sido nomeado, o cônjuge meeiro, o companheiro ou o sucessor a qualquer título, nos casos em que o imóvel rural pertencer a espólio. Neste caso, a DITR deve ser apresentada em nome do espólio, mesmo em relação às declarações que deveriam ter sido entregues pela pessoa falecida e não o foram.

O contribuinte expropriado ou alienante, pessoa física ou jurídica, entregará a DITR considerando a área desapropriada ou alienada como parte integrante da área total do imóvel rural, caso este tenha sido, após 1º de janeiro de 2007, parcialmente:

I - desapropriado ou alienado a entidades imunes do ITR; ou

II - desapropriado por pessoa jurídica de direito privado delegatária ou concessionária de serviço público.

(RITR/2002, arts. 38 e 39; IN SRF nº 256, de 2002, arts. 36 a 40)

OBRIGATORIEDADE DE ENTREGA

ÁREA EM LITÍGIO

192 No caso de áreas em litígio, onde existem proprietário e possuidor disputando a posse da terra, quem deve entregar a DITR?

É o proprietário quem está obrigado a entregar a DITR, caso esteja adotando providências judiciais ou extrajudiciais para recuperar a posse do imóvel rural a ser declarado.

Se o proprietário não adota nenhuma providência judicial ou extrajudicial para recuperar a posse do imóvel rural a ser declarado, o possuidor é quem está obrigado a entregar a DITR.

OBRIGATORIEDADE DE ENTREGA

IMÓVEL INVADIDO POR SEM-TERRA I

193 Quem está obrigado a entregar a DITR relativa a imóvel rural que foi ocupado por “sem-terra”, quando o proprietário adota providências judiciais ou extrajudiciais para recuperar a posse do imóvel?

É o proprietário quem está obrigado a entregar a DITR relativa ao imóvel rural, caso esteja adotando providências judiciais ou extrajudiciais para recuperar a sua posse.

OBRIGATORIEDADE DE ENTREGA

IMÓVEL INVADIDO POR SEM-TERRA II

194 Quem está obrigado a entregar a DITR relativa a imóvel rural que foi ocupado por “sem-terra”, quando o proprietário não adota nenhuma providência judicial ou extrajudicial para recuperar a posse do imóvel?

Se a ocupação do imóvel pelos “sem-terra” é um ato transitório, meramente político ou de reivindicação, o proprietário é quem está obrigado a declarar o imóvel.

Se os “sem-terra” invadem a área em caráter definitivo, são possuidores a qualquer título e estão obrigados a apresentar a DITR.

OBRIGATORIEDADE DE ENTREGA IMÓVEL RURAL PERTENCENTE A ESPÓLIO

195 Quem deve apresentar a declaração de imóvel rural pertencente a espólio?

O imóvel rural que, na data da efetiva entrega da DITR, pertencer a espólio deve ser declarado em nome deste pelo inventariante ou, se este ainda não houver sido nomeado, pelo cônjuge meeiro, companheiro ou sucessor a qualquer título.

Devem também ser apresentadas pelo inventariante, em nome do espólio, as declarações que deveriam ter sido entregues pela pessoa falecida e não o foram tempestivamente.

(RITR/2002, art. 38; IN SRF nº 256, de 2002, art. 38)

OBRIGATORIEDADE DE ENTREGA PESSOA FALECIDA NÃO INSCRITA NO CPF

196 Se a pessoa falecida não for inscrita no CPF, a declaração pode ser feita em nome do inventariante?

Não. No caso de espólio, deve ser informado o número de inscrição no CPF da pessoa falecida. Se esta não for inscrita no CPF, a inscrição deverá ser providenciada pelo inventariante, cônjuge meeiro, companheiro ou sucessor a qualquer título.

OBRIGATORIEDADE DE ENTREGA IMÓVEL RURAL PERTENCENTE A MAIS DE UM HERDEIRO

197 Em nome de quem deve ser apresentada a declaração de um imóvel rural cujo proprietário faleceu, deixando-o aos seus três filhos?

Até o encerramento do inventário o imóvel rural deve ser declarado, em nome do espólio, pelo inventariante ou, se este ainda não houver sido nomeado, pelo cônjuge meeiro, companheiro ou sucessor a qualquer título.

Após o encerramento do inventário, caso o imóvel seja recebido em herança por mais de um herdeiro, o imóvel passa a ser propriedade de um condomínio e, enquanto assim permanecer, deverá ser declarado apenas por um dos titulares, na condição de condômino declarante.

Ver pergunta 198.

OBRIGATORIEDADE DE ENTREGA CONDOMÍNIO

198 Quem deve declarar o imóvel rural mantido em condomínio?

O imóvel rural que for titulado a várias pessoas físicas ou jurídicas, enquanto for mantido indiviso, deve ser declarado por somente um dos titulares, na condição de condômino declarante.

Os demais titulares devem ser informados no Quadro Demais Condôminos.

(Lei nº 5.172, de 1966, art. 124, I; RITR/2002, art. 39; IN SRF nº 256, de 2002, art. 39)

OBRIGATORIEDADE DE ENTREGA ASSENTAMENTO

199 Quem deve declarar o imóvel rural compreendido em programa oficial de reforma agrária, caracterizado como assentamento?

Os assentamentos devem ser declarados observando o seguinte:

1ª) titulação do imóvel rural feita individualmente, ou seja, cada assentado tem, individualmente, um título de domínio ou de concessão de uso.

Neste caso, cada assentado deve declarar a sua parcela de terra.

2ª) titulação do imóvel rural feita em nome coletivo, sendo a exploração feita ou não por associação ou cooperativa de produção.

Neste caso, o imóvel rural deve ser declarado por somente um dos assentados, na condição de condômino declarante, uma vez que existe condomínio.

Os demais assentados devem ser informados no Quadro Demais Condôminos.

3ª) titulação do imóvel rural feita em nome da associação ou cooperativa.

Neste caso, a associação ou a cooperativa deve fazer a declaração.

Ver pergunta 008.

(IN SRF nº 256, de 2002, art. 40)

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

200 É necessário anexar documentos à DITR?

Não. Os documentos que comprovem as informações prestadas na DITR não devem ser anexados à declaração, devendo ser mantidos em boa guarda à disposição da Secretaria da Receita Federal do Brasil, até 31 de dezembro de 2012. Havendo questionamento administrativo ou judicial de lançamento do ITR, o contribuinte deve guardar a documentação comprobatória até que ocorra a prescrição dos créditos tributários relativos às situações e aos fatos a que se refiram.

(Lei nº 5.172, de 1966, art. 195, parágrafo único; RITR/2002, art. 40; IN SRF nº 256, de 2002, art. 41)

DIAC DEFINIÇÃO

201 O que é Diac?

Diac é o Documento de Informação e Atualização Cadastral do ITR, destinado à coleta de informações cadastrais do imóvel rural e de seu titular.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 6º; RITR/2002, arts. 36, I, e 41; IN SRF nº 256, de 2002, art. 36, I)

DIAC QUEM DEVE PREENCHER

202 Quem está obrigado a preencher o Diac?

Está obrigado a preencher o Diac, correspondente a cada imóvel rural e a seu titular, o sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, inclusive o imune e o isento.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 6º; RITR/2002, art. 41; IN SRF nº 256, de 2002, art. 36, I)

DIAC

NÚMERO DE INSCRIÇÃO - OBRIGATORIEDADE

203 É obrigatório informar no Diac o Número do Imóvel na Receita Federal (Nirf)?

Sim. É obrigatório informar no Diac o Número do Imóvel na Receita Federal (Nirf). Sem esse número de inscrição, a DITR não será processada. Para entregar a DITR tempestivamente, no caso de imóvel ainda não inscrito na RFB, é necessário providenciar com antecedência sua inscrição no Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir) da RFB.

DIAC

ÁREA DO IMÓVEL - ARREDONDAMENTO

204 Como deverá ser preenchido o Diac, no caso de imóvel com área total inferior a 0,1 ha (1.000 m²)? Qual a regra de arredondamento, uma vez que o formulário só admite uma casa decimal?

Para o imóvel rural com área inferior a 1.000 m² (0,1 ha), a área deve ser arredondada para 0,1 ha.

DIAC

ALTERAÇÕES CADASTRAIS

205 Quais as alterações cadastrais que devem ser informadas no Diac?

Devem ser obrigatoriamente comunicadas à SRF, por meio do Diac, as seguintes alterações cadastrais relativas ao imóvel rural:

I - desmembramento;

II - anexação;

III - transmissão, por alienação da propriedade ou dos direitos a ela inerentes, a qualquer título;

IV - sucessão *causa mortis*;

V - cessão de direitos;

VI - constituição de reservas ou usufruto.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 6º, § 1º; RITR/2002, art. 42; IN SRF nº 256, de 2002, art. 63)

DIAT

DEFINIÇÃO

206 O que é Diat?

O Diat é o Documento de Informação e Apuração do ITR, destinado à apuração do imposto.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 8º; RITR/2002, arts. 36, II, e 43; IN SRF nº 256, de 2002, art. 36, II)

DIAT

QUEM DEVE PREENCHER

207 Quem está obrigado a preencher o Diat?

Está obrigado a preencher o Diat, correspondente a cada imóvel rural e a seu titular, o sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, exceto o imune e o isento.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 8º; RITR/2002, art. 43; IN SRF nº 256, de 2002, art. 36, II)

APRESENTAÇÃO

MEIOS

208 Quais os meios disponíveis para declarar?

A DITR poderá ser apresentada:

I - em meio eletrônico (disquete ou Internet); ou

II - em formulário.

É vedada a apresentação em formulário da DITR:

I - original, após 28 de setembro de 2007;

II - retificadora, a qualquer tempo.

APRESENTAÇÃO

MEIO ELETRÔNICO

209 Quem está obrigado a apresentar a DITR em meio eletrônico?

Está obrigada a apresentar a DITR em meio eletrônico:

I - a pessoa jurídica, mesmo a imune ou isenta do ITR, independentemente da extensão da área do imóvel rural;

II - a pessoa física que possua imóvel rural com área igual ou superior a:

a) mil hectares, se localizado em município compreendido na Amazônia Ocidental ou no Pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense;

b) quinhentos hectares, se localizado em município compreendido na Amazônia Oriental ou no Polígono das Secas;

c) duzentos hectares, se localizado em qualquer outro município.

Ver perguntas 218 a 221.

(RITR/2002, art. 44; IN SRF nº 256, de 2002, art. 37)

MULTA POR ATRASO

210 Quais os acréscimos legais incidentes no caso de entrega da DITR fora do prazo?

No caso de apresentação espontânea da DITR fora do prazo estabelecido pela RFB, será cobrada multa de um por cento ao mês-calendário ou fração de atraso sobre o imposto devido, sem prejuízo da multa e dos juros de mora pela falta ou insuficiência de recolhimento do imposto ou quota.

Em nenhuma hipótese o valor da multa por atraso na entrega da DITR será inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

(Lei nº 9.393, de 1996, arts. 7º e 9º; RITR/2002, art. 75; IN SRF nº 256, de 2002, art. 59)

PAGAMENTO DO IMPOSTO

FORMAS

211 Quais as formas de pagamento do ITR?

O contribuinte poderá pagar o ITR:

I - por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf);

II - com Títulos da Dívida Agrária (TDA) do tipo escritural, ou seja, custodiados em uma instituição financeira.

Ver pergunta 212.

PAGAMENTO COM TDA

212 O ITR pode ser pago com Títulos da Dívida Agrária (TDA)?

Sim. É facultado ao sujeito passivo o pagamento de até 50% do ITR devido com Títulos da Dívida Agrária (TDA) do tipo escritural.

A solicitação de pagamento deve ser feita mediante preenchimento de formulários específicos, que podem ser obtidos na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>, ou nas unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

SOMENTE pode ser utilizado o TDA do tipo ESCRITURAL, ou seja, custodiado em uma instituição financeira.

Caso o contribuinte tenha TDA do tipo CARTULAR e queira utilizá-lo para quitação do ITR deve proceder à sua custódia em uma instituição financeira.

(Lei nº 4.504, de 1964, art. 105, § 1º, “a”; RITR/2002, art. 57; IN SRF nº 256, de 2002, art. 49)

DAÇÃO EM PAGAMENTO - IMPOSSIBILIDADE

213 O ITR poderá ser quitado mediante dação em pagamento?

A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), em seu art. 156, XI, acrescentado pela Lei Complementar nº 104, de 2001, enumera, genericamente, como modalidade de extinção do crédito tributário, a “dação em pagamento de bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei”.

Tendo em vista que a lei ordinária necessária à disciplina dessa forma de extinção do crédito tributário ainda não foi editada, atualmente a dação em pagamento de bens imóveis não é forma de extinção passível de utilização efetiva para a quitação do ITR.

(Lei nº 5.172, de 1966, art. 156, XI, acrescentado pela Lei Complementar nº 104, de 2001, art. 1º)

LOCAL

214 Onde deve ser feito o pagamento do ITR?

O pagamento do ITR deve ser efetuado nas agências bancárias integrantes da rede arrecadadora de receitas federais, quando por meio de Darf, e nas unidades da RFB, quando por meio de TDA.

PRAZO

215 Qual o prazo para pagamento do ITR?

O ITR deve ser pago até o último dia útil do mês fixado para a entrega da DITR, se em quota única, ou em até quatro quotas iguais.

Ver pergunta 216.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 12, *caput*; RITR/2002, art. 58; IN SRF nº 256, de 2002, art. 50)

QUOTAS

216 O ITR pode ser pago em quotas?

Sim. À opção do contribuinte, o imposto a pagar pode ser parcelado em até quatro quotas iguais, mensais e consecutivas, observando-se que:

I - O valor de cada quota não deve ser inferior a R\$ 50,00, devendo, portanto ser recolhido em quota única o imposto de valor até R\$ 100,00.

II - O pagamento da 1ª quota ou da quota única deve ser efetuado até 28 de setembro de 2007.

III - A 2ª quota, que deve ser paga até 31 de outubro de 2007, tem acréscimo de juros de 1%.

IV - O valor das demais quotas será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir de outubro de 2007 até o mês anterior ao do pagamento e de mais 1% no mês de pagamento.

Quando pagas dentro do prazo, o valor das quotas será obtido da seguinte maneira:

Quota	Vencimento	Valor da Quota (campo 07 do Darf)	Valor dos Juros (campo 09 do Darf)	Valor Total (campo 10 do Darf)
1ª ou única	28/09/2007	Campo 35 do Diat	-	Campo 07 do Darf
2ª	31/10/2007	Campo 35 do Diat	1% sobre o valor da quota	Campo 07 do Darf + Campo 09 do Darf
3ª	30/11/2007	Campo 35 do Diat	Taxa Selic de outubro/2007 + 1% sobre o valor da quota	Campo 07 do Darf + Campo 09 do Darf
4ª	28/12/2007	Campo 35 do Diat	Taxa Selic de outubro/2007 + Taxa Selic de novembro/2007 + 1% sobre o valor da quota	Campo 07 do Darf + Campo 09 do Darf

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 12, parágrafo único; IN SRF nº 256, de 2002, art. 51)

FORA DO PRAZO

217 Quais os acréscimos legais incidentes sobre o ITR pago fora do prazo?

A falta ou insuficiência de pagamento do imposto, no prazo fixado, sujeita o contribuinte ao pagamento do valor que deixou de ser pago, acrescido de:

I - multa de mora calculada à taxa de trinta e três centésimos por cento, por dia de atraso, não podendo ultrapassar a vinte por cento, calculada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo fixado para pagamento do imposto até o dia em que ocorrer o seu pagamento; e

II - juros de mora equivalentes à taxa referencial Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo para pagamento até o mês anterior ao do pagamento, e de um por cento no mês do efetivo pagamento.

(Lei nº 9.393, de 1996, art. 13; RITR/2002, art. 60; IN SRF nº 256, de 2002, art. 52)

AMAZÔNIA OCIDENTAL

218 Quais os municípios que formam a Amazônia Ocidental?

Os municípios que formam a Amazônia Ocidental são aqueles localizados nos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.

PANTANAL MATO-GROSSENSE E SUL-MATOGROSSENSE

219 Quais os municípios que formam o Pantanal mato-grossense e sul-matogrossense?

Pertencem ao Pantanal mato-grossense e sul-matogrossense:

I - No estado do Mato Grosso, os seguintes municípios: Barão de Melgaço, Cáceres, Curvelândia, Itiquira, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Santo Antônio do Leverger;

II - No estado do Mato Grosso do Sul, os seguintes municípios: Anastácio, Aquidauana, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Corguinho, Corumbá, Coxim, Ladário, Miranda, Porto Murtinho, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso e Sonora.

AMAZÔNIA ORIENTAL

220 Quais os municípios que formam a Amazônia Oriental?

Os municípios que formam a Amazônia Oriental são:

I - os municípios localizados nos estados do Amapá, Maranhão, Pará e Tocantins; e

II - os municípios localizados no estado do Mato Grosso, exceto os integrantes do Pantanal mato-grossense.

POLÍGONO DAS SECAS

221 Quais os municípios que formam o Polígono das Secas?

Os municípios que formam o Polígono das Secas são aqueles relacionados no Manual de Preenchimento da DITR e no Ajuda do programa gerador, situados nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.